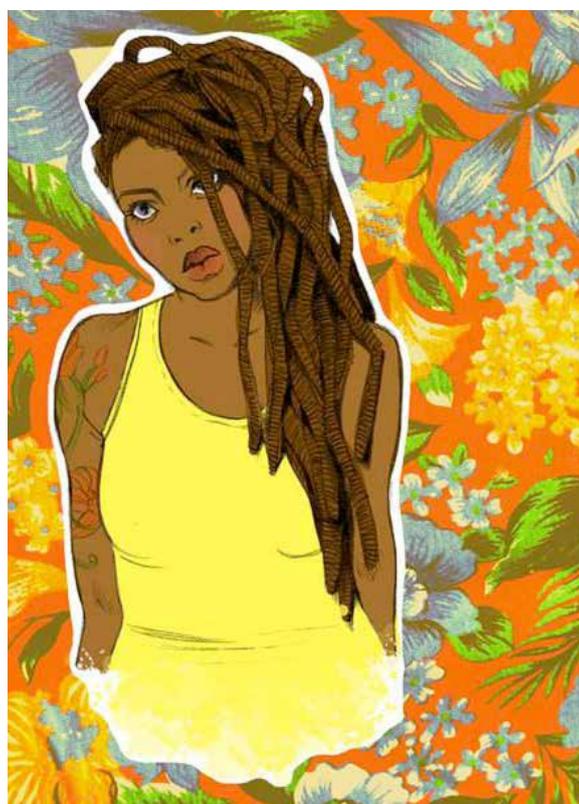


# GÊNERO E AUTONOMIA ECONÔMICA PARA AS MULHERES

# GÊNERO E AUTONOMIA ECONÔMICA PARA AS MULHERES



CADERNO DE FORMAÇÃO

**Dilma Rousseff**

Presidenta da República

**Nilma Lino Gomes**

Ministra das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos

**Eleonora Menicucci**

Secretária Especial de Políticas para as Mulheres

**Tatau Godinho**

Secretária de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres

**Neuza Tito**

Secretária Adjunta de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres

**ONU MULHERES**

Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres

**Nadine Gasman**

Representante do Escritório para o Brasil

**Ana Carolina Querino**

Gerente de Programas

**Camila Almeida**

Analista de Programas

**Juliana Maia**

Assistente de Programas

**EQUIPE EDITORIAL**

**Elaboração de texto:**

Miriam Nobre

**Edição de texto:**

Alessandra Ceregatti

**Projeto gráfico e diagramação:**

Caco Bisol

**Ilustração da capa:**

Laura Athayde

**Fotos:**

Arquivo SOF e Fotos Pública

As imagens utilizadas do Fotos Públicas são liberadas apenas para uso editorial conforme as regras do Creative Commons. Atribuição-NãoComercial 2.0 Genérica  
[http://creativecommons.org/licenses/by-nc/2.0/deed.pt\\_BR](http://creativecommons.org/licenses/by-nc/2.0/deed.pt_BR)

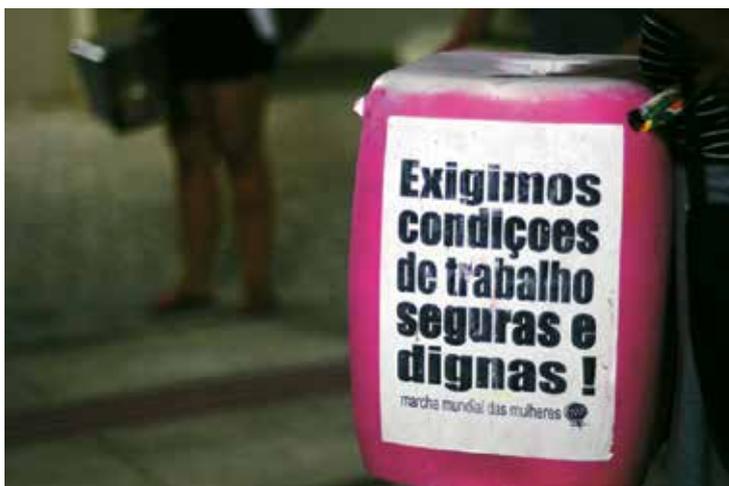
---

Gênero e Autonomia Econômica para as Mulheres. Caderno de Formação  
– Brasília: SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, MMIRDH,  
2016.

Tipo de suporte: papel

I. Trabalho, II. Autonomia Econômica – Mulheres, III. Diretos –  
Mulheres, IV. Políticas públicas – Mulheres, V. Gênero - Mulheres

---



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
CAPÍTULO 1	7
SER HOMEM, SER MULHER: UMA QUESTÃO SOCIAL	
CAPÍTULO 2	17
ECONOMIA FEMINISTA E ALTERNATIVAS PARA A ORGANIZAÇÃO DA VIDA EM SOCIEDADE	
CAPÍTULO 3	29
INDICADORES SOBRE A SITUAÇÃO ECONÔMICA DAS MULHERES NO BRASIL	
CAPÍTULO 4	41
POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORTALECIMENTO DA AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES	
CAPÍTULO 5	53
CONTEXTO EM QUE SE INSERE O TRABALHO DAS MULHERES: GLOBALIZAÇÃO E CRISE	





A autonomia econômica é essencial para que as mulheres possam prover seu próprio sustento e decidir por suas próprias vidas. Ela não envolve, portanto, apenas independência financeira e geração de renda, mas pressupõe também autonomia para realizar escolhas. Além de garantir a própria renda, é preciso que as mulheres tenham liberdade e condições favoráveis para escolher sua profissão, planejar seu futuro, ter tempo para o lazer e para se qualificar.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres desenvolve uma série de ações para a promoção da autonomia econômica das mulheres em consonância com as resoluções da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Dentre elas, apóia projetos de autonomia econômica das mulheres no âmbito estadual e local, com vistas a ampliar a inserção das mulheres no mercado de trabalho, à geração de renda e ao empreendedorismo, estimular a participação das mulheres em áreas profissionais tradicionalmente masculinas e assegurar a transversalidade de gênero, raça e etnia em políticas, programas e projetos já existentes de geração de emprego e renda.

Este Caderno de Formação sobre Gênero e Autonomia Econômica para as Mulheres busca contribuir com a implementação destas políticas por estados e municípios. Parte-se do pressuposto que a disseminação de políticas públicas voltadas à inserção das mulheres no mundo do trabalho deve vir acompanhada de conhecimentos que a fundamentam.

***Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres***

***Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos***





ELIANE CAMPOS

## SER HOMEM, SER MULHER: UMA QUESTÃO SOCIAL

Quando olhamos para a maneira como viviam as mulheres no Brasil e no mundo no começo do século XX, nos anos de 1900, percebemos muitas diferenças comparando com o que é a vida das mulheres hoje. Antes, as mulheres não podiam votar, eram impedidas de estudar - seja pela proibição de algumas instituições, seja pela decisão do pai - e tinham restrições em tocar seus próprios negócios.

Essa realidade mudou bastante graças à luta de muitas mulheres. Mulheres que não aceitaram os limites impostos ou o destino determinado pela sociedade pelo simples fato de terem nascido com o sexo feminino. O conceito de "gênero" foi formulado para explicitar que a diferença biológica entre os sexos não deveria restringir condições e possibilidades existentes para mulheres e homens. O conceito descreve que, em

todo o mundo, predomina um sistema que delimita dois gêneros, feminino e masculino, e que impõe normas e regras bastante estreitas do que é ser mulher e ser homem. E ainda toma os homens e o gênero masculino como referência: eles são o UM, e as mulheres e o gênero feminino, o OUTRO.

"Ser mulher" não é determinado pela natureza ou pela biologia, mas pelo modo como as sociedades em determinados momentos históricos lêem a natureza e lhes dão significados. As normas e regras do que é ser mulher e ser homem mudam ao longo da história e de uma cultura para outra. Por exemplo, até o século XIX, era algo comum e natural que as mulheres deixassem seus filhos sob os cuidados de uma outra pessoa, uma escrava, ama de leite ou preceptor(a). A imposição social da responsabilidade da mãe biológica com o cuidado com a prole até

sua fase adulta é um fato recente, resultado da instituição da família burguesa como elemento de reprodução do capital.

O que permanece invariável é a ideia de dois gêneros e de que o masculino é a referência, o que chamamos de androcentrismo. Mesmo que muitas mulheres e homens não se enquadrem nas normas, elas funcionam como uma referência para nossa socialização no mundo.

### **ORIGENS SOCIAIS E MATERIAIS DA DESIGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES**

Em nossa sociedade, tem muita força uma maneira de organizar o pensamento de forma dicotômica, ou seja, em pares opostos, que estabelecem separações tais como masculino e feminino, razão e emoção, cultura e natureza.

Esses pares determinam também hierarquias, quer dizer, a ideia de que um lado vale mais ou que um é superior ao outro. Assim, masculino, razão e cultura são em geral considerados o motor do avanço, do progresso ou da ciência; feminino, emoção e natureza são considerados aconchegantes, porém, ao mesmo tempo, remetem à ideia negativa de paralisia, atraso ou mistério.

Ao olhar para outros pares de opostos, como por exemplo agressivo e passivo, forte e frágil, sol e lua, é freqüente associar um lado dessa dupla ao masculino e o outro ao feminino. Essas associações binárias e hierárquicas são uma das características da chamada cultura ou sociedade patriarcal. Ou simplesmente patriarcado<sup>1</sup>.

O patriarcado funciona através de dois princípios: a noção de que as mulheres são propriedade dos homens e, por isso, deveriam estar sempre a serviço deles e nunca poderiam dizer não a eles, e a divisão das mulheres em duas categorias: “santas” e “putas”.

1. Patriarcado é o termo usado pelo feminismo para designar a formação social onde os homens detêm o poder, trata-se de um sistema sócio-político que vai além do sexismo e do machismo presente nas relações interpessoais. (Delphy, 2009, p. 173 e 178)

Como parte da cultura patriarcal, a masculinidade está associada à agressividade, e os jovens são ensinados que ser violento é ser um “verdadeiro homem”. São empurrados “em alguns casos” a unir-se a gangues sexistas ou racistas. Nessa forma de pensamento, meninos ou meninas que não correspondem aos modelos patriarcais são punidos com violência.

Outros dois pares de opostos integram a visão patriarcal. O primeiro composto pela ideia de público e privado, sendo o espaço público atribuído ao homem, e o espaço privado, da casa, definido como o lugar da mulher. E o segundo formado pela oposição entre trabalho de homens (mais “pesados” e “produtivos”) e trabalho de mulheres (mais “leves” e “reprodutivos”), ideia que fundamenta a chamada divisão sexual do trabalho.

### **MACHISMO: A CULPA NÃO É DA MÃE**

Desde que nascemos é comum que adultos segurem bebês meninas de forma diferente que os bebês meninos, que proponham brincadeiras diferentes, que usem tons de voz diferentes. E isto vai criando uma determinada relação com nosso corpo, com as pessoas do nosso entorno e de como vamos nos apropriando do espaço onde vamos crescer.

A socialização de gênero começa com as pessoas bem perto de nós e, conforme vamos crescendo, vai se ampliando para nossa relação com a família mais extensa, com vizinhos e amigos. E, em seguida, com as instituições com as quais interagimos: a escola, a religião, os meios de comunicação e os serviços públicos em geral.

Quando conversamos sobre comportamentos machistas ou preconceitos que ainda limitam as possibilidades de uma mulher, é comum escutar que a culpa é da mãe porque é ela quem cria os filhos. Porém, nós somos criadas no mundo e por mais que nossas mães, avós ou outras pessoas que cuidam mais de nós quando

somos pequenas nos ensinam muitas coisas, também aprendemos coisas boas e ruins na aula, assistindo televisão, observando anúncios publicitários ou brincando com outras pessoas.

Em um cenário assim, questionar e vencer todos os preconceitos torna-se mais difícil. Mas ao observarmos a realidade, vemos que a representação de mulheres frágeis, que precisam de proteção, está distante da vida concreta da maioria das mulheres, sejam elas negras, brancas ou pobres.

### SANTAS OU PUTAS

Esse é mais um par hierárquico estabelecido pela sociedade patriarcal, que divide as mulheres em categorias e as coloca em oposição. A imagem de santa é associada a virgens, mas também às mães, com toda a carga emocional que se espera de uma mãe, como abnegação e sacrifício. Essa imagem está em relação de superioridade com a de puta, associada às mulheres que vivem sua sexualidade de maneira livre, mas também a qualquer mulher que toma decisões e assume suas escolhas.

As imagens de santa e de puta estão bem distantes da realidade da maioria das mães ou das mulheres que vivem em situação de prostituição, mas balizam a vida de todas nós. No pensamento patriarcal, as "santas" merecem a proteção de um homem e da sociedade e as "putas" podem ser castigadas, inclusive fisicamente, para que se lembrem do seu lugar.

O xingamento de vagabunda é usado para mulheres que se vestem fora de um padrão moralmente estabelecido como mais adequado e que andam em lugares considerados não apropriados para elas. Os lugares considerados impróprios para mulheres se estendem a espaços públicos de poder e de mando: são freqüentes os ataques de cunho violento, racista ou machista contra aquelas que alcançam cargos de poder.

Outros pares se estabelecem: imagens positivas de mulheres brancas necessitam de imagens desvalorizadas de mulheres negras para manter a credibilidade. As mulheres negras são associadas a imagens de suja, fogosas ou amas de leite. Como se tratam obviamente de imagens negativas ou limitadas, as mulheres negras as rejeitam. As imagens sedutoras associadas às mulheres brancas lhes dão a ilusão de que serão recompensadas por manter o *status quo*, e assim são mantidas sob controle. (Hill Collins, 1989, p. 11)

### NORMAS E INSTITUIÇÕES PATRIARCAIS

As representações e estereótipos se cristalizam em normas e regras de instituições patriarcais e racistas. A família patriarcal se organiza com base no modelo pai/marido e provedor e mãe/esposa e dona de casa e com o pressuposto de que a vontade do pai deve se impor sobre a da esposa e a dos filhos.

Até 1962, pelo Código Civil brasileiro, a mulher não podia exercer profissão, tomar crédito ou alienar bens sem o consentimento do marido. Em caso de discordância entre pai e mãe sobre qualquer questão relativa aos filhos, a decisão do pai predominava.

Hoje, homem e mulher são legalmente considerados co-responsáveis sobre a família e outros arranjos familiares são reconhecidos, tais como mães que vivem sós com seus filhos, irmãs que convivem ou a união de pessoas do mesmo sexo e seu direito à adoção. Porém o modelo do homem provedor e dono da palavra final persiste ainda hoje na sociedade, apesar das grandes mudanças que ocorreram nas últimas décadas do século XX como resultado da luta das mulheres e da entrada de um grande contingente delas no mercado de trabalho.

Também ainda existem decisões sobre o corpo e a maternidade em que a mulher precisa da "autorização" do marido como, por exemplo, para fazer a laqueadura.

Vozes contrárias aos direitos das mulheres são cada vez mais ouvidas, inclusive no Congresso Nacional, e nos fazem lembrar que a família patriarcal continua a ser uma realidade.

O caráter patriarcal está presente também no Estado, que pressupõe que as mulheres podem sempre suprir as lacunas na resposta às necessidades básicas da população. Por exemplo, quando imagina que sempre haverá alguém para acompanhar doentes no hospital, cuidar de idosos ou realizar atividades de apoio nas creches e escolas. Ou quando atribui à “família” a responsabilidade com a educação de crianças e adolescentes. Na grande maioria das vezes, essa família ou esse alguém é uma mulher.

Esses exemplos demonstram como a sociedade e o Estado se organizam com base na mesma estrutura patriarcal que separa as esferas pública e privada. Nesse modelo, a esfera privada é considerada o lugar próprio das mulheres, do doméstico, da subjetividade e do cuidado. Já a esfera pública é o espaço dos homens, dos iguais, da liberdade e do direito.

Uma consequência dessa separação é que as mulheres ainda ocupam poucos espaços de poder e decisão, tanto no setor privado quanto no público. Isso resulta não apenas do pouco tempo que dispõem para dedicar-se à participação política frente à carga de cuidados com a casa e as pessoas sob sua responsabilidade, mas também de uma perspectiva diferente sobre o sentido da política e quais os caminhos para a transformação social.

O Brasil ainda busca formas de aperfeiçoar o processo eleitoral de modo a confrontar-se com a baixa participação das mulheres nos legislativos municipal, estadual e nacional. Ao mesmo tempo, o fato de haver mulheres ocupando mais espaço não necessariamente implica um maior questionamento sobre a divisão sexual do trabalho ou a perspectiva de transformação do estado patriarcal rumo à igualdade. Há cada vez mais partidos

conservadores que colocam mulheres para disputar eleições com uma agenda e ações conservadoras, muitas vezes atacando e revertendo direitos conquistados pelas mulheres.

### **DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: BASE MATERIAL DO SISTEMA GÊNERO**

Gênero - a construção social do que é ser homem e do que é ser mulher - vai além da dimensão simbólica e das normas e regras definidas pelas instituições e se expressa de forma bastante visível na divisão sexual do trabalho, que é também uma forma de divisão social do trabalho.

A divisão social de trabalho acontece entre proprietários dos meios de produção (máquinas, matéria-prima, local de produção) de um lado e, de outro, aqueles que vendem sua força de trabalho. Ela se expressa também na divisão entre trabalho intelectual e manual e, ainda, na divisão internacional do trabalho, que separa os países que exportam produtos agrícolas ou matéria-prima da indústria extrativa e aqueles que exportam produtos com maior beneficiamento e valor agregado.

*“A divisão sexual do trabalho tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, e simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.)*

*Esta forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio da separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher”).*  
(Kergoat, 2009, p. 68)

A esfera produtiva se refere à produção de mercadorias, bens e serviços que entram no circuito do mercado, de geração e

distribuição de mais-valia. Mais-valia é o tempo que o trabalhador e a trabalhadora empregam na produção e não lhes é remunerado, mas apropriado pelo proprietário dos meios de produção.

A esfera reprodutiva se refere à produção das pessoas: desde a gestação até o cuidado para que elas estejam aptas para trabalhar e viver em sociedade. Este cuidado envolve tarefas como preparar a comida, limpar a casa mas também uma disponibilidade permanente para estar atenta ao outro e prover-lhe o que necessita.

Em nossa sociedade, muitas vezes as esferas produtiva e reprodutiva se organizam em espaços diferentes: o escritório, a fábrica e a casa. Mesmo na agricultura familiar, onde é mais difícil separar o que se produz para vender no mercado ou para o consumo da família, há uma separação entre a roça e o quintal. A roça seria o lugar prioritário de trabalho dos homens, espaço no qual o trabalho feito pelas mulheres é considerado apenas uma "ajuda", mesmo que estas cheguem e saiam junto com seus companheiros. Quando não o fazem é porque correm para preparar a comida para seus companheiros e filhos ou para a mão-de-obra contratada pra apoiar na roça para que estes tenham forças para continuar a trabalhar.

A separação entre dois espaços e responsabilidades se complementa com o modelo de família com o homem provedor e a mulher dona da casa e cuidadora universal (dos mais dependentes, como crianças, doentes e idosos, mas também de maridos, irmãos e pais em perfeitas condições de saúde). O que esse modelo de família esconde é que a esfera reprodutiva é fundamental para a produtiva e que ambas estão em permanente comunicação.

Quando uma empresa quer dar vantagens a seus empregados oferece benefícios, que são uma forma de remuneração indireta. Por exemplo, auxílio creche, refeições ou lavagem do uniforme de

trabalho. Ao cortar benefícios em nome da redução de custos, o que o empregador está fazendo é se apropriar do valor gerado pelo trabalho.

E quem paga esse ajuste em geral são as mulheres, que vêm seu trabalho doméstico aumentar: em geral, são elas que preparam as marmitas ou que lavam as roupas de trabalho. São as mulheres também que preparam as crianças para serem futuros trabalhadores, sociáveis e disciplinados. Nesse sentido, o tempo e o trabalho gratuito que as mulheres dedicam a essas tarefas aumenta a mais-valia apropriada pelos patrões.

O trabalho doméstico e a disponibilidade permanente para a atenção e o cuidado dos outros não são considerados trabalho, são invisíveis e se esvaem. Muitas agricultoras dizem que preferem carpir e ver no final do dia o resultado do seu trabalho do que estar todo o tempo limpando o chão que será sujo em seguida.

O trabalho de cuidados é também visto como prova da abnegação e de amor pelos seus. Não é raro escutar histórias de homens que justificam a agressão às suas companheiras porque a comida não estava pronta ou porque o jantar queimou.

Aumentou o número de mulheres que têm um trabalho remunerado, muitas delas fora de casa. Mas isso não implicou alteração da responsabilidade delas pelo trabalho doméstico e de cuidados: os homens, em seu conjunto, continuam a dedicar-se muito pouco a esse trabalho de reprodução social. Quando o fazem, muitas vezes assumem tarefas menos penosas, como levar os filhos a passeio ou fazer o churrasco no domingo. Às vezes, realizam trabalhos na total invisibilidade: não querem que nenhum amigo os veja fazendo limpeza, por exemplo. Às vezes, com uma super visibilidade: só cozinham quando têm visita. O que demonstra que homens realizando tarefas domésticas e de cuidados ainda é considerado algo excepcional.

## **DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA ESFERA DA PRODUÇÃO**

A divisão sexual do trabalho tem enorme impacto na autonomia econômica das mulheres. Embora a presença delas no mercado de trabalho formal e informal tenha aumentado, sua realidade ainda é marcada por diferenças salariais e maior desemprego, acesso a empregos precários e jornadas parciais de trabalho, necessárias para que elas possam equilibrar seu tempo com as tarefas de cuidado das pessoas e da casa.

As habilidades desenvolvidas pelas mulheres no trabalho doméstico e de cuidados são apropriadas pelo mercado. É comum a maior presença delas em tarefas que exigem destreza e paciência, como na indústria microeletrônica, na farmacêutica para encher cápsulas de remédio ou na agroindústria, embalando frutas. Mas as mulheres não são melhor remuneradas por isso. Essas capacidades desenvolvidas na socialização de gênero feminino aparecem como se fossem características naturais que, por essa razão, não são valorizadas nem bem remuneradas.

Quando as empresas necessitam de muitas mulheres com estas habilidades elas as treinam. No entanto, escondem o que seria uma qualificação profissional atrás de discursos de formação de boas esposas e mães. Um exemplo são empresas japonesas que ensinavam *ikebana* (arranjos de flores tradicionais) a filhas de camponeses para treinar os gestos finos que eram precisos na microeletrônica.

Outra justificativa muito utilizada é a de que as mulheres teriam menos força física. Porém, se por um lado muitas podem não ter a força muscular para levantar algo pesado, por outro elas a têm para realizar tarefas contínuas, muitas vezes de pé. E quando uma ferramenta ou uma máquina é introduzida para facilitar o trabalho, as mulheres deixam de fazê-lo. Por exemplo, é mais provável ver uma mulher puxando um animal com arado do que dirigindo um trator com arado.

As habilidades adquiridas por sua socialização de gênero, os limites dados pela obrigação de equilibrar seu tempo com as tarefas de cuidado e o fato de seus salários serem vistos como “complementos” à renda do marido levam as mulheres a umas poucas profissões, os chamados *guetos femininos*. Professoras primárias, enfermeiras e empregadas domésticas cumprem um papel essencial para nosso bem estar em geral, porém isto não se traduz em retribuição financeira e estas profissões estão entre as pior remuneradas.

Isto pode ser porque muitas mulheres disputam a mesma função e, frente à maior oferta de mão-de-obra, o salário cai. Pode ser também porque estas funções demandam habilidades naturalizadas como femininas e quando se esconde as qualificações e o investimento feito para tê-las se justifica não serem bem remuneradas. Ou pode ser simplesmente porque são feitas por mulheres. A discriminação assim, pura e simples, também acontece.

A discriminação direta, a naturalização das qualificações desenvolvidas pelas mulheres ao longo da vida e a responsabilização das mulheres pelo cuidado da casa e da família implicam maior sobrecarga e menor remuneração para as mulheres. Estes fatores demonstram que a divisão sexual do trabalho é uma relação específica de opressão. Não é que as mulheres sejam mais exploradas do que os homens: elas são exploradas de maneira diferente.

## **GÊNERO, CLASSE E RAÇA: RELAÇÕES INSEPARÁVEIS**

As relações sociais de gênero são inseparáveis das relações sociais de classe e raça, tanto no plano teórico como na prática de movimentos sociais de mulheres e trabalhadoras. Como dito anteriormente, os estereótipos de gênero são diferentes se as mulheres são ricas ou trabalhadoras, urbanas ou rurais, brancas, negras ou indígenas. Estas imagens se referem ao que se espera de

cada mulher. Por exemplo, é possível escutar que as mulheres começaram a trabalhar fora de casa nos anos 1970. Mas as mulheres negras sempre trabalharam. E mesmo os relatos históricos de que as mulheres foram convocadas ao trabalho fabril nos teares do início da Revolução Industrial escondem que as mulheres já trabalhavam na agricultura, na costura ou na chapelaria.

Isso não significa que uma relação social – de classe, sexo ou raça – seja primordial ou tenha prioridade sobre outra. Ou seja, não há contradições principais e contradições secundárias. Quando as mulheres se organizam para reivindicar melhores salários, condições de trabalho ou denunciar a violência machista, elas o fazem enquanto mulheres, trabalhadoras ou mulheres negras, sem fazer reivindicações separadas. Com isso, sua luta tem alcance universal já que seu foco é o combate à exploração em todas as formas.

Hoje em dia, há um discurso muito difundido que afirma que a igualdade entre homens e mulheres já foi conquistada e que se a divisão de tarefas domésticas não é uma realidade, trata-se apenas de um problema de negociação entre os indivíduos que compõem um casal. No entanto, ao olharmos para a realidade, notamos de maneira contundente a estreita ligação entre classe, gênero e raça. Vemos que mesmo que haja mais mulheres no mercado de trabalho, persistem as desigualdades salariais entre homens e mulheres. E essas desigualdades tocam mais profundamente as mulheres negras ou migrantes.

Ao mesmo tempo em que o sistema capitalista tem demandado uma mão-de-obra flexível como é a das mulheres, os homens continuam a ser liberados do trabalho doméstico e de cuidados, que ainda é assumido majoritariamente por mulheres. Esses são cumpridos seja pela realização de uma dupla ou tripla jornada de trabalho, seja pela contratação de outra mulher para executá-los que, em geral, é mais pobre, negra ou migrante.

A família tradicional composta por pai, mãe e filhos continua a ser associada àquela branca, de classe média ou alta. Mas ao verificar os dados, vemos que a maior parte das famílias monoparentais são de mulheres pobres e negras.

Assim, é possível pensar em classes não apenas do ponto de vista social, como também sexual e étnico. E, dessa maneira, superar uma visão de diferenciação das desigualdades para construir uma visão de relações de exploração, dominação e opressão articuladas entre si, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista ideológico.

Nessa visão que articula gênero, raça e classe, observamos uma materialidade comum que é a divisão do trabalho entre os sexos e o controle social da sexualidade e da função reprodutiva das mulheres, que perpassa todas as classes e raças. Por exemplo, as políticas de controle populacional em geral têm como foco mulheres negras e indígenas. É entre elas também que é mais comum o uso de métodos contraceptivos que fogem ao controle das mulheres, como a esterilização e implantes hormonais.

Também observamos que há mudanças no curso da história que transformam essas relações mas que as mantêm de maneira permanente, como é possível ver com a divisão sexual do trabalho e os princípios da separação entre trabalho de homem e de mulher e da hierarquia, que atribui mais valor ao trabalho do homem e menos ao trabalho da mulher.

É muito evidente o cruzamento dinâmico e complexo entre as relações sociais de raça, gênero e classe quando observamos que as mulheres pardas e negras ou as migrantes latinas ou de países do Leste (da Europa ou da Ásia) são o maior número de pessoas no trabalho doméstico ou de cuidados (*care*, em inglês) nos países mais ricos do hemisfério Norte. Esse campo profissional se reforçou com a elevação da taxa de participação

das mulheres no mercado de trabalho profissional.

No trabalho de *cuidado* percebe-se uma evolução das relações sociais com a emergência de uma nova classe servil (um operariado não-industrial) e uma nova classe empregadora, ambas compostas majoritariamente por mulheres. Essa oposição de classes reúne mulheres “que vêem seus capitais econômico, social e cultural aumentarem e as mulheres, francesas e estrangeiras, cada vez mais numerosas, que vêem sua situação se precarizar e sua renda diminuir. Trata-se da aparição de novas formas de relação de classe com a aparição e o desenvolvimento de uma nova classe trabalhadora, não industrial, fortemente feminina e feminizada, e o número crescente de empregadores” (Kergoat, 2010, p. 102).

Nos países mais ricos da Europa, a emergência dessa nova classe de trabalhadoras e trabalhadores também significa novas formas de concorrência entre quem vem de países do Sul, quem vem do Leste e entre aqueles do próprio país que estão em situação de precariedade e são cada vez mais numerosos. Essa concorrência é manipulada por discursos xenofóbicos e racistas, que atribuem o desemprego e a crise à presença estrangeira, seja de refugiados de guerra ou econômicos.

No *cuidado*, também observamos um acirramento da divisão sexual do trabalho: o trabalho doméstico continua a ser um assunto tratado como algo secundário, não considerado como tema essencial para o funcionamento da sociedade e fundamentalmente realizado pelas mulheres, ainda que existam homens que o façam de maneira profissional e também superexplorada.

Finalmente, há uma racialização do trabalho de *cuidado* que atribui a esta ou aquela etnia qualidades diferenciadas para a realização de trabalhos como o de babá, empregada doméstica ou de cuidadora dos membros idosos da família.

O acesso à educação, ao trabalho remunerado, a direitos civis e políticos melhorou a vida de muitas mulheres. Mas quando a igualdade está apenas inscrita na lei se abre espaço para criar desigualdades entre as mulheres. Para que algumas mulheres pudessem se aproximar do modelo de sucesso masculino, precisaram contar com outras se responsabilizando por sua vida doméstica ou pelo apoio a seu trabalho – como as secretárias, auxiliares, atendentes, faxineiras e babás. Para fazer valer a máxima feminista de que a igualdade ou é para todas ou não é, são necessárias muitas mudanças na forma de organizar a sociedade, o mercado, o Estado.

#### **POLÍTICAS PARA A AUTONOMIA DAS MULHERES DESDE OS MOVIMENTOS FEMINISTAS**

Pensar políticas públicas que promovam a autonomia econômica das mulheres implica, um primeiro momento, compreender como a sobrecarga com a responsabilidade do trabalho doméstico e de cuidados resulta em desigualdade entre mulheres e homens. Em seguida, significa pensar que alternativas podem ser postas em prática que garantam a autonomia econômica nessas condições mas que, ao mesmo tempo, apontem para a superação da divisão sexual do trabalho.

Na trajetória do movimento feminista, já foram feitas várias propostas que trazem diferentes perspectivas e questionamentos. O que há de comum é o reconhecimento de que o trabalho doméstico é fundamental, implica enorme quantidade de energia e tempo e é majoritariamente realizado pelas mulheres. Revelou-se que as mulheres muitas vezes o realizam por obrigação, não retirando dele nenhuma satisfação e às vezes chegando a fazê-lo sob coerção. As mulheres seguem redistribuindo a responsabilidade e a execução da maior parte deste trabalho entre elas e as mulheres negras e imigrantes o assumem ainda mais.

A idéia de implementar um salário para as donas de casa é uma das propostas que surge como maneira de valorizar o trabalho reprodutivo e de cuidados. Seu risco no entanto é o de confinar as mulheres definitivamente ao espaço privado e ao trabalho doméstico e o de servir como justificativa para cortes do orçamento de serviços públicos em momentos de altas taxas de desemprego. Isso vem acontecendo recentemente em vários países e é acompanhado ao mesmo tempo de um avanço do pensamento conservador e fundamentalista religioso.

O estabelecimento de políticas de apoio à reprodução social como as creches, os restaurantes e as lavanderias públicas é outra medida importante e que já mostrou seus impactos positivos na qualidade da inserção das mulheres no mercado de trabalho. Porém, setores do movimento críticos ao controle da vida das pessoas pelo Estado questionaram esta via e propuseram formas mistas de socialização do trabalho de cuidado, como os equipamentos públicos geridos por organizações sociais, mas também a demanda pela divisão desse trabalho com os homens.

Garantir o acesso das mulheres ao trabalho remunerado e o direito ao emprego formal é outra ação que integra uma política promotora de autonomia econômica. Um exemplo recente é a luta das trabalhadoras domésticas em todo o mundo para equiparar seus direitos aos dos demais trabalhadores. No Brasil, emenda constitucional aprovada no Senado Federal em abril de 2013 ampliou os direitos das domésticas com medidas como o estabelecimento de jornada de trabalho de no máximo 8 horas por dia e 44 horas semanais e o pagamento de horas extras. Essa lei tem impactos positivos sobretudo na vida das mulheres negras, que correspondem a 63,4% das pessoas com mais de 16 anos ocupadas no emprego doméstico. (PNAD 2012)

Como relatam dirigentes do sindicato das domésticas, a aprovação dessa emenda é resultado de pelo menos 80 anos de uma luta que teve como marco inicial a fundação da Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campinas, criada em 1936. A Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) organizou mobilizações pela aprovação da emenda, que estava em discussão no Congresso desde 2010, bem como pela ratificação da Convenção 189 da Organização Internacional do Trabalho, que prevê trabalho decente para as empregadas domésticas em todo o mundo. Recentemente, também na África do Sul e no Uruguai foram aprovadas leis similares à do Brasil referentes aos direitos das trabalhadoras domésticas.

Além das empregadas domésticas, as trabalhadoras rurais também realizaram importante luta nos anos 1980 pelo reconhecimento de sua profissão de agricultora, com o direito ao auxílio maternidade, auxílio doença e aposentadoria. (Deere, 2004) As reivindicações incluem também o acesso aos meios de produção (água, terra, sementes e equipamentos), ao crédito para financiar a produção e ao acompanhamento técnico, inclusive para a produção dos quintais majoritariamente para o auto-consumo e para o incremento da comercialização.

A trajetória de luta das mulheres pelo acesso à terra passa por conquistas como serem consideradas com a mesma pontuação que os homens na classificação de beneficiários potenciais da Reforma Agrária até a obrigatoriedade da titulação conjunta, inclusive nos projetos de assentamento anteriores à normativa de 2006, ano em que passou essa titulação passou a ser obrigatória.

Comunidades tradicionais trazem novos elementos para pensar o acesso à terra não como direito individual, mas coletivo, e as mulheres atuam não só para que seus nomes

constem no documento de posse mas para que suas opiniões sejam consideradas na gestão coletiva do território. As quebradeiras de coco babaçu vão além da noção de propriedade individual e conquistam em alguns municípios o direito de coleta em áreas privadas, tornando os babaçuais territórios livres.

Outra demanda permanente é por uma justa remuneração, por exemplo com a bandeira de “Salário igual para trabalho igual”. Uma estratégia de muitas empresas é limitar as mulheres a determinados setores da produção e seus baixos salários são justificados pelo que seria um trabalho leve. Por isto a bandeira se ampliou para “salário igual para trabalhos equivalentes”. O diálogo com a sociedade sobre a equivalência entre valorização do trabalho e sua remuneração permanece e leva ao questionamento sobre por que muitas funções são melhor remuneradas do que a de professora do

ensino fundamental ou a de agente de saúde, atividades realizadas majoritariamente por mulheres.

Finalmente, a política de valorização do salário mínimo associada ao aumento da formalização do emprego e o acesso à seguridade social tem reduzido não só a pobreza entre as mulheres, mas as desigualdades entre a população em geral. No Brasil, desde 2003 o governo federal vem sistematicamente aumentando o salário mínimo. Entre 2003 e 2015 o aumento real do salário mínimo foi de 76,54% (DIEESE, 2015, p.3).

Sem pretender apresentar as muitas demandas por autonomia econômica das mulheres trabalhadas pelo movimento feminista, os exemplos acima demonstram que elas questionam os limites do que é trabalho, inventam novas formas de articular produção e reprodução e interpelam Estado, mercado e sociedade.

## PARA LER MAIS

BAIRROS, Luiza. “Nossos feminismos revistados”. *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, v.3 n. 2, pp 458-464, 2º semestre 1995.

DIEESE. Nota Técnica nº 143 Política de Valorização do Salário Mínimo. In <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2015/notaTec143SalarioMinimo.pdf> consultado em 20 de novembro de 2015.

FALQUET, Jules. “Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal”. *Mediações*. Londrina: UEL, v. 13, n. 1-2, pp. 121-142, jan./jun. – jul./dez. 2008.

IBGE, *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*, 2012.

KERGOAT, Danièle. “Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais”. *Novos estudos*. São Paulo: CEBRAP, n. 86, pp 93-103, mar. 2010.

KERGOAT, Danièle. “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo”. In: EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau (org.). *Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres*. São Paulo: PMSP/CEM, 2003. pp 55-64.



THIAGO GOMES/ASCOM SUSIPE

## ECONOMIA FEMINISTA E ALTERNATIVAS PARA A ORGANIZAÇÃO DA VIDA EM SOCIEDADE

A economia diz respeito às explicações sobre o quê e como uma sociedade decide produzir e sobre como ela distribui os bens e serviços para satisfazer as necessidades de seus membros, considerando-se uma certa quantidade de recursos materiais e humanos. Há várias linhas de pensamento econômico, porém a que predomina hoje em dia na maior parte do mundo tem como base a economia neoclássica.

### ECONOMIA DOMINANTE: FOCO NO INDIVIDUALISMO

Ao contrário de outras análises - que partem do trabalho para produzir e de sua relação com o funcionamento do mercado - a economia neoclássica estabelece como ponto de partida a conduta de um indivíduo no mercado. Suas preferências e escolhas seriam

totalmente racionais e movidas pela vontade de maximizar a utilidade ao mínimo custo.

Esse indivíduo padrão é chamado de *homo economicus* e seu único objetivo seria o consumo e a busca da satisfação de seus interesses. Os valores que o movem derivam de uma suposta escassez de recursos existentes na sociedade. Na competição por estes recursos, cada um se tornaria o mais eficiente possível. A oferta e a demanda organizariam a vida, através da "mão invisível" do mercado.

As escolhas racionais e egoístas dos indivíduos se complementaríamos com comportamentos altruístas na família. Por exemplo, a família decidiria que vale mais a pena a mãe cuidar da casa e dos filhos sem um trabalho remunerado e o pai lhe aportaria o dinheiro que necessita, sem que estivessem competindo entre si.

Na economia neoclássica, a sociedade é uma soma desses indivíduos, todos indiferenciados, tratados como se fossem iguais, sem classe, raça/etnia ou gênero e com igual acesso a oportunidades. As escolhas desses indivíduos são descritas em modelos matemáticos que projetam o funcionamento do mercado. O que não cabe nos modelos é considerado uma externalidade ao sistema.

### CRÍTICA FEMINISTA À ECONOMIA DOMINANTE

A economia feminista é um campo teórico e uma proposta política que rompe com os paradigmas da economia neoclássica. Logo de início, ela questiona esse *homo economicus* universal, afirmando que as preferências e maneira de agir desse indivíduo são a de um homem branco, de 30 e poucos anos, heterossexual, detentor de capital, sem dependentes (crianças ou idosos), sem problemas de saúde, completamente capaz de autodeterminar suas escolhas. Esse indivíduos seria como um fungo, que já nasce pronto e com preferências determinadas. Mas o *homo economicus* não explica o comportamento de toda a humanidade.

As feministas colocam em discussão a suposta imparcialidade da linguagem matemática, utilizada pelos modelos da economia neoclássica, e combinam seus modelos de análise com instrumentos construídos por outras ciências, como a antropologia e a sociologia. Lembram que a escassez de determinados recursos não é um dado absoluto, muitas vezes é criada pela ação humana, como a contaminação de águas e solo. Também apontam como a oferta e a demanda não são independentes: muitas empresas criam demandas com publicidade ou como resposta a um problema por elas mesmo criado, como remédios que tratam de doenças causadas por contaminações ou por condições extenuantes de trabalho.

A economia feminista mostra que a competição prevista na teoria neoclássica se dá entre indivíduos que não estão na mesma posição na sociedade e que essa não é a única forma de organizar as relações entre as pessoas no espaço público, assim como os lares não se organizam só com base no altruísmo: a cooperação e a reciprocidade são formas de relação presentes mesmo em empresas. E aponta que em muitas famílias as relações são marcadas por cálculos e privilégios. Isto porque as famílias também são marcadas por relações de poder e pela vontade de uns se impondo sobre a de outros.

Há diversos posicionamentos teóricos e políticos que integram o conjunto da economia feminista. Mas, segundo a pesquisadora Cristina Carrasco, é possível identificar três idéias comuns que expressam os fundamentos centrais desse campo de análise econômica:

*"a) Ampliar as fronteiras da economia para além do mercado de forma a incorporar o trabalho doméstico não assalariado como parte do circuito econômico;*

*b) "descobrir" o trabalho de cuidados e seu significado;*

*c) propor que o objetivo não deveria ser o lucro privado mas o cuidado da vida.*

*Em suma, se trata de uma perspectiva que integra todos os trabalhos necessários para a subsistência, o bem estar e a reprodução social, mantendo como principal objetivo as condições de vida das pessoas."*

*(Carrasco, 2014, p. 25)*

O objetivo de transformar a economia a partir do feminismo nos coloca o desafio de construir análises e posicionamentos frente ao modelo econômico como um todo. A economia feminista é uma ferramenta que ajuda a organizar uma visão sobre as transformações necessárias, tendo a igualdade como um princípio articulador da sociedade a ser construída.

Discutir a economia, elaborar propostas e articular ações comuns passa por desconstruir a visão de que a economia é algo separado da nossa experiência cotidiana de produção do viver. A economia não é uma relação entre números e fórmulas, mas uma relação entre pessoas, que tem a ver com o nosso trabalho e a nossa vida no mundo público e no mundo privado.

Ao dar visibilidade a todos os processos necessários para a produção da vida, a economia feminista contribui para um debate que é reapropriado pelos povos, em particular as mulheres, e mostra que o assunto economia não é algo apenas para especialistas.

### **TRABALHO DAS MULHERES: PARTE ESSENCIAL DA ECONOMIA**

O trabalho é a principal atividade necessária para a subsistência das pessoas. Mas esta palavra recobre atividades de natureza bastante distintas.

Em nossa sociedade, a relação de trabalho modelo é o assalariamento. Mesmo que várias pessoas obtenham sustento de sua produção na agricultura ou em pequenos comércios, o assalariamento é predominante em quantidade e como referência. Por isso, muitas vezes a palavra trabalho é considerada sinônimo de emprego, o que torna invisível todo o trabalho que se realiza fora da relação de assalariamento. (Hirata e Zarifian, 2009, p. 252)

O trabalho assalariado se caracteriza por uma sequência de operações que pode ser objetificada, fragmentada e mensurada. É fácil visualizá-lo quando pensamos na linha de montagem de uma fábrica. Métodos gerenciais tendem a expandir este modelo para outras atividades de serviços como bancos, telemarketing e até mesmo em hospitais e escolas.

A capacidade humana de realizar estas operações é a força de trabalho e o tempo

é o referente central da combinação entre trabalho e trabalhador. Por essa razão existe o relógio de ponto, o controle do tempo livre, a medida de quanto tempo se leva para realizar determinada tarefa e os indicadores de produtividade.

Mas nem todo trabalho se realiza no assalariamento, como descrito acima. Além do mais, nem todo trabalho se realiza no âmbito do mercado e sob sua lógica. Há uma série de atividades que são realizadas no âmbito da família, que envolvem relações de afeto e que não são, portanto, passíveis de objetificação.

A economia feminista chama atenção para o fato de que esse trabalho, que é feito quase exclusivamente pelas mulheres, é essencial para a manutenção da vida e está interligado com a esfera da produção e do trabalho assalariado, pois produz as pessoas, a maioria delas trabalhadoras. No entanto, ele é sistematicamente marginalizado e invisibilizado na análise econômica neoclássica.

Produzir pessoas implica garantir-lhes comida, higiene, mas também estabilidade emocional e segurança afetiva. Portanto o trabalho doméstico não se restringe a atividades mensuráveis como, por exemplo, quantas refeições foram preparadas em determinado tempo ou que serviços de manutenção da casa foram executados: o cuidado implica disponibilidade emocional e atenção e compromisso para com o outro.

Nas últimas décadas, o aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho remunerado não significou grandes mudanças na divisão sexual de trabalho já que o trabalho doméstico e de cuidados continua a ser realizado majoritariamente por mulheres, sejam por familiares – avós, irmãs e outras parentes – seja de maneira remunerada, com a contratação de faxineiras, babás, cozinheiras, entre outras. Isso implicou também um aumento na desigualdade entre as próprias mulheres.

## REPRODUÇÃO SOCIAL

Os sistemas sociais e econômicos não são como um trem que está sempre progredindo em linha reta, mas sim, ciclos que estão sempre recomeçando. A reprodução social de um sistema implica a reprodução de todos os elementos necessários para recomeçar o ciclo, ou seja, a natureza e a força de trabalho.

Uma visão estreita de reprodução social limita-se ao que se compra e vende no mercado. O processo de produção e reprodução de mercadorias e da população, em especial da força de trabalho são interligados. O dinheiro que se obtém pelo trabalho assalariado ou por transferências de renda nos permite ter acesso a uma série de bens e serviços. Mas não é suficiente

para reproduzir as pessoas a cada dia, nos diferentes momentos do ciclo vital e em gerações.

O gráfico abaixo formulado por Cristina Carrasco com base nos conceitos propostos por Antonella Picchio demonstra o circuito do trabalho na reprodução social ampliada:

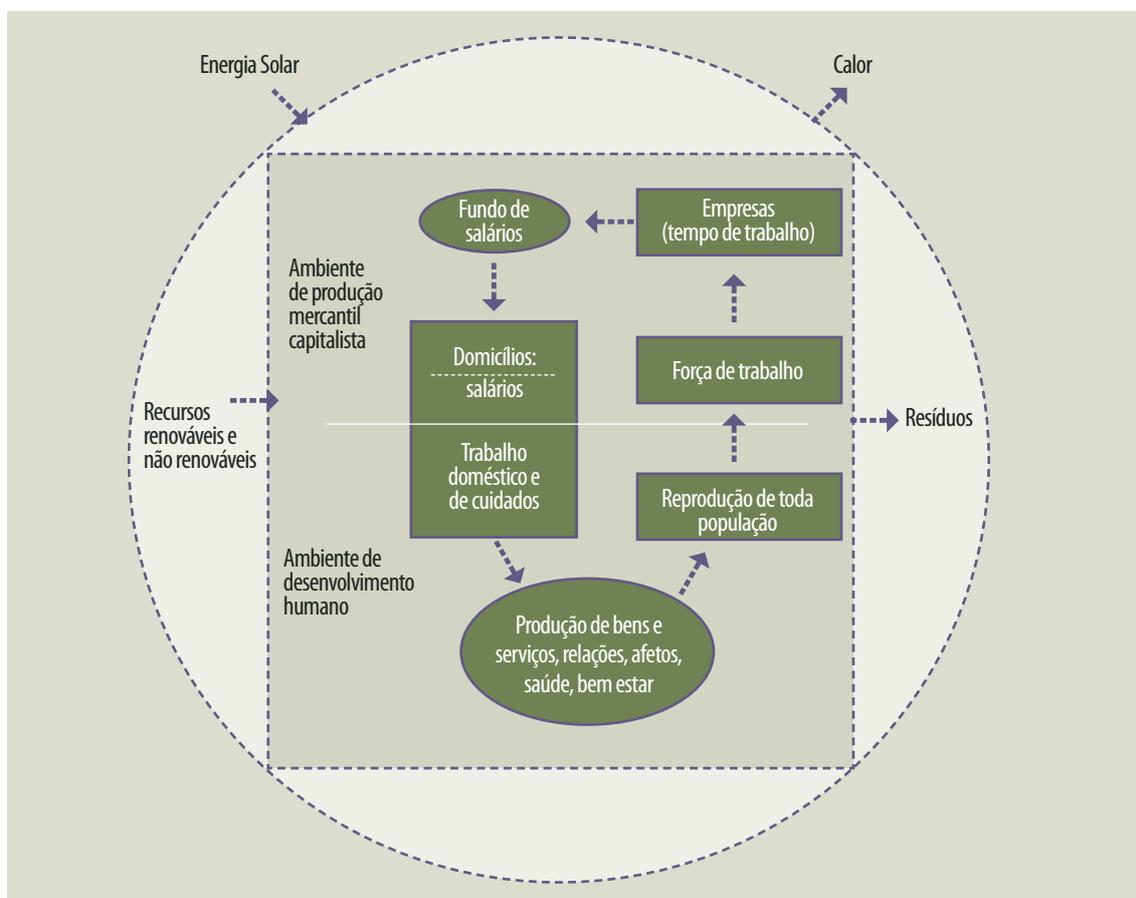
### INTER E ECODEPENDÊNCIA COMO CARACTERÍSTICAS DA VIDA

O corpo humano não é uma máquina de trabalho, apropriada à regularidade, automatismo e disciplina dos processos produtivos. A remuneração que as trabalhadoras e trabalhadores recebem não pode ser vista apenas como um “custo de produção”, que as empresas buscam reduzir ao mínimo, mas sim como um

#### Gráfico 1: Um enfoque macroeconômico das condições de vida

Um enfoque macroeconômico das condições de vida

Elaboração própria a partir de Antonella Picchio



elemento vital que propicia a garantia das necessidades básicas dos seres humanos.

O que a economia feminista propõe como questão analítica é “não analisar separadamente corpo, mente e relações, mas tentar conceituar uma mente encarnada (*embodied*) que encontra na comunicação com outros corpos as respostas da sobrevivência e do desenvolvimento humano”. (Picchio, 2012, 164)

Um conceito útil para tanto é a interdependência. Todos os seres humanos somos vulneráveis, contingentes e finitos. Durante toda a vida, e em especial em alguns momentos do ciclo vital (quando somos bebês, idosos ou quando estamos doentes), dependemos física e emocionalmente do tempo que outras pessoas nos dão. A vulnerabilidade de nossos corpos e emocional não é um demérito, é parte de nossa condição humana.

O que ocorre é uma desigualdade entre a disponibilidade para cuidar e ser cuidado, sendo que as mulheres pobres e negras tendem a cuidar mais do que ser cuidadas. Justamente porque todas e todos em algum momento de nossas vidas necessitaremos de cuidados. Como a distribuição dos cuidados em nossa sociedade é injusta, há que se tratá-la como uma questão política e social e não relegar esse trabalho às mulheres e ao âmbito privado.

Além da interdependência decorrente da vulnerabilidade humana, no diálogo com a economia ecológica, a economia feminista reconhece a natureza e seus limites como outra dependência material incontornável. Somos, portanto, ecodependentes. Somos natureza e obtemos da natureza o que necessitamos para estar vivos: alimento, água, abrigo, energia, minerais. A natureza é cíclica: cada resíduo de um processo se transforma em matéria-prima de outro processo em um determinado tempo, o tempo da regeneração.

### TEMPOS DA VIDA, TEMPOS DO MERCADO

Deste modo se percebe que os ciclos da vida têm seus tempos. Em uma lógica produtivista, os tempos em que se cuida ou é cuidado ou em que a natureza se regenera são considerados tempos mortos, a parte da vida inválida de ser vivida.

Um exercício proposto pela economia feminista é pensar como organizamos nosso tempo entre o tempo de trabalho de mercado, o tempo de trabalho doméstico e de cuidados, o tempo para as necessidades pessoais, o tempo para a participação cidadã, o tempo para o ócio ou tempo livre. E, a partir daí, perceber as diferenças entre homens e mulheres no uso do tempo. (SOF, 2014, p. 24 e 25)

A sobrecarga de trabalho realizado pelas mulheres fica visível na reflexão sobre um dia. O relógio passa a ter mais de 24 horas por conta da sobreposição de tarefas e o tempo livre, na maioria das vezes, envolve outra tarefa, como fazer crochê ou cuidar de animais domésticos. A contradição se amplia conforme consideramos períodos mais longos de tempo. Crianças têm três meses de férias escolares e mesmo que convivam com dois adultos cada um terá direito a um mês de férias, isto se estiver num emprego formal com direitos. Quem cuidará delas no mês que resta? A conta não fecha.

No tempo de uma geração, as mulheres já conquistaram o direito à licença ou auxílio maternidade. Mesmo que ainda seja necessário aumentar a disponibilidade de vagas, a demanda por creches é considerada legítima e prioritária para além do movimento feminista, estando presente no movimento sindical, dos direitos da criança e do adolescente e pela educação. No entanto, no que diz respeito ao cuidado de pessoas idosas e doentes crônicos ainda há muito a ser feito.

O que podemos ver é que os tempos e as lógicas do mercado são contraditórios com os tempos e as lógicas do cuidado da

vida. O tempo das mulheres é a variável de ajuste desta contradição. Elas sempre podem acordar mais cedo, dormir mais tarde, intensificar seu trabalho realizando várias atividades ao mesmo tempo. Elas são forçadas a “conciliar” o trabalho no mercado e na vida doméstica, buscando empregos com jornadas parciais ou trabalhos pontuais mesmo que isso implique menores salários e baixas possibilidades de ascensão profissional.

As mulheres fecham a conta que o sistema não fecha. O tempo das mulheres aparece como um recurso inesgotável. Mesmo que imprescindível à sobrevivência humana e à produção de bens e serviços, o trabalho de cuidado realizado pelas mulheres é desvalorizado e invisibilizado.

Frente às críticas levantadas pela economia feminista, teóricas(os) da economia neoclássica dominante criaram o conceito de economia da conciliação para dar conta de incluir em seus modelos os aportes econômicos das mulheres tanto no trabalho fora de casa quanto no âmbito dos cuidados. Porém, fundamentalmente, esse conceito não rompe com a divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres, apenas a reforça o que resulta em sobrecarga ainda maior para as mulheres. Na economia dominante, não se fala em conciliação trabalho-vida doméstica e familiar ou dupla ou tripla jornada para os homens. É como se conciliar fosse uma obrigação “natural” apenas da mulher.

#### **SUSTENTABILIDADE HUMANA COMO CENTRO DA ECONOMIA: POR UMA VIDA QUE VALE A PENA SER VIVIDA**

A economia feminista é também uma proposta política que visa superar todas as injustiças anteriormente descritas, propondo um reordenamento das prioridades econômicas. O centro da economia não pode ser a reprodução irrestrita do lucro, mas o bem estar das pessoas, a sustentabilidade da vida humana.

Abre-se então o debate sobre o que traz bem estar para além das necessidades e inseguranças, o que significa pensar uma vida que vale a pena ser vivida, quais as estruturas que seriam necessárias para isso ou como se articulariam, por exemplo, mercados, estado, lares para a sustentabilidade da vida.

Isso pode significar, por exemplo, um reordenamento dos tempos, o reconhecimento dos tempos e dos processos necessários para a regeneração, a superação das fragmentações entre corpo e mente, razão e emoção. Os caminhos não serão os mesmos; pressupõem adaptações das identidades individuais e das relações sociais, envolvem experimentações, leituras de processos históricos e diálogos entre alternativas.

As propostas políticas da economia feminista não são para um futuro distante: elas procuram dar conta já das condições de vida atuais de mulheres e homens. Elas incluem também a adoção de políticas públicas com orçamentos sensíveis a gênero e indicadores não-androcêntricos que serão comentadas nos próximos capítulos. E valorizam as experiências alternativas que funcionam como laboratórios ao mesmo tempo em que respondem às necessidades concretas de quem participa nelas.

A articulação destas experiências e a atuação em âmbito institucional são essenciais para que elas se mantenham ao longo do tempo e envolvam mais pessoas. A seguir, comentaremos as questões abertas pelo diálogo entre a economia feminista e formas alternativas que já estão em funcionamento para organizar a produção da vida, entre elas, a economia solidária, a agroecologia e outras formas alternativas desenvolvidas nos meios rural ou urbano.

#### **ECONOMIA SOLIDÁRIA**

A economia solidária busca responder às necessidades materiais e afetivas das pessoas baseando-se na autogestão, na democracia

e na reciprocidade. Como movimento político e práticas concretas, a economia solidária se baseia no princípio de que o ser humano – não o lucro – deve ser o elemento mais importante da atividade econômica, contrapondo-se assim à economia capitalista. Orienta-se pela cooperação entre pessoas, grupos e redes, pela autogestão, pela democracia e pela solidariedade.

A economia solidária é vista como uma forma de resistência à economia capitalista, pois mostra que há outras formas de organizar o trabalho, a distribuição e o consumo. Um grande número de experiências de economia solidária é animada por mulheres ou destinada a elas.

O controle das mulheres sobre o processo de trabalho e gestão é o que diferencia os empreendimentos de economia solidária (EES) de formas precárias de trabalho e iniciativas que reforçam o lugar tradicional das mulheres na economia. As mulheres avaliam sua participação não apenas do ponto de vista da remuneração econômica: elas valorizam o aprendizado, a convivência, a possibilidade de tratar temas como a violência doméstica ou a saúde reprodutiva. Em geral, as mulheres participantes de EES se sentem mais fortes, valorizadas, com maior auto-estima por seu conhecimento e sua capacidade de inovar a partir de pouco.

A economia solidária propõe ressignificar o trabalho pelo que ele nos proporciona de crescimento pessoal e não por sua medida mercantil (seu valor de troca) e ampliar o conceito de trabalho. Propõe-se a organizar a atividade econômica combinando critérios de empreendedorismo e solidariedade e a estabelecer redes e relações que influenciem na dinâmica econômica do entorno. Nesse sentido, contribui para reorganizar a economia com base na justiça e na igualdade.

As atividades de socialização do trabalho reprodutivo realizadas por grupos de mulheres tratam não somente de reconhecer seu significado econômico,

mas sua contribuição à coesão social e ao crescimento individual e coletivo, não só do grupo como também da comunidade onde vivem. O trabalho reprodutivo organizado de forma coletiva proporciona aprendizagem, autonomia e sociabilidade.

Inúmeras iniciativas acontecem em diferentes contextos e períodos históricos. Por exemplo, no Peru, mais de 7.000 comedores populares realizam o preparo comum das refeições, garantem a segurança alimentar das famílias e diminuem o tempo das mulheres dedicado ao trabalho doméstico. No Québec, creches comunitárias se somam a uma série de centros comunitários de apoio às mulheres para moradia, inserção profissional e proteção contra a violência doméstica e sexual.

As mulheres que participam nos grupos de economia solidária valorizam a possibilidade de organizar seu tempo e a compreensão das outras integrantes quando em determinados momentos uma delas precisa diminuir sua participação para cuidar de um familiar doente. Ao mesmo tempo, elas também relatam que os outros membros da família acabam por transferir a elas toda a responsabilidade com o cuidado já que elas têm a possibilidade de combiná-lo com o trabalho que lhe provê rendimento.

Os grupos de mulheres da economia solidária se constituem em um espaço de intermediação entre Estado, mercado e família. Em primeira instância, buscam construir, no território onde estão, soluções e tentativas de novas relações entre mulheres e homens. Estabelecem uma justiça de proximidade onde o acesso a direitos se concretiza no cotidiano de suas comunidades pela expressão dos interesses e negociação entre os que ali convivem. Por exemplo, em assentamentos e redes de produtores e consumidores de produtos agrícolas já foi possível incluir em seus acordos coletivos o rechaço à violência doméstica, chegando à suspensão ou expulsão de agressores.

A participação das mulheres nos grupos produtivos reforça ou abre caminho para seu engajamento em movimentos e articulações. Os grupos produtivos reunidos no movimento de economia solidária organizam demandas ao Estado por subsídios, marcos regulatório, compras públicas, entre outros. Expandem a noção de cidadania e acesso a direitos, que em nossa sociedade ainda são na maioria das vezes vinculados ao emprego formal. Por exemplo: as mulheres nos comedores populares do Peru reivindicam do Estado um salário por seu trabalho, ou, ao menos, o recebimento de pensão e auxílios da Seguridade Social; as cooperativas de produtoras da África do Oeste demandam direitos e apoio das prefeituras e do governo central além de preço justo para seu produto (Hillenkamp, Guérin, Verschur, 2015).

A Economia Solidária centrada em experiências coletivas de autogestão amplia a possibilidade das mulheres atuarem como sujeitos em relações de trabalho não hierárquicas; valoriza a reciprocidade e mobiliza recursos não monetários. Além de ser uma possibilidade de acesso a rendimentos, os grupos organizados podem resolver questões do âmbito da reprodução, como o preparo e distribuições de refeições, diminuindo tempo de trabalho e gastos, e ainda oferecendo às mulheres a opção de sair do confinamento de suas casas.

### **AGROECOLOGIA**

A agroecologia é outra alternativa que contribui para a autonomia econômica das mulheres ao reconhecer que as atividades que as agricultoras já realizam nos quintais são fundamentais para a segurança alimentar de suas famílias e para a manutenção da biodiversidade, ou seja, para aumentar a estabilidade de um sistema agrícola na medida em que este se aproxima da natureza.

Nos quintais as mulheres domesticam espécies e observam inter-relações entre

plantas e destas com o solo. Elas selecionam variedades segundo critérios de rusticidade ou gosto e facilidade do preparo culinário. Portanto, critérios diferentes das empresas de sementes que selecionam variedades que melhor respondem a insumos externos, como adubos e agrotóxicos que as mesmas empresas vendem. As mulheres, sobretudo as mais idosas e de comunidades tradicionais, também detêm inúmeros conhecimentos sobre o uso de plantas medicinais, plantas indicadoras da condição do solo, e plantas alimentícias não convencionais.

Estes conhecimentos são muitas vezes desvalorizados. Por exemplo, o ditado jocoso de que “é mais bagunçado que horta de mulher” desconhece que o plantio combinado de diferentes plantas pode ter efeitos favoráveis, conhecimento sistematizado na alelopatia. Também é comum que conhecimentos quando são sistematizados e centralizados, excluam as agricultoras e retirem delas o protagonismo. A galinhada preparada pela avó com a galinha caipira por ela criada pode ser importante para nossa memória afetiva, mas a que custa caro e ganha prêmios é a galinhada de um chef famoso.

Muitas mulheres organizadas em movimentos agroecológicos reivindicam seu protagonismo político, que incide nas próprias formas de organização do movimento. Por exemplo, estruturas centralizadas de produção de sementes crioulas tendem a envolver menos mulheres do que aquelas em que a semente é guardada e intercambiada nas comunidades. Muito do conhecimento das agricultoras, extrativistas, pescadoras artesanais se perde porque não são consideradas como pessoas com projetos, desejos e vontades próprias. Assim, elas, questionam o mito da família harmônica em que o pai representa o interesse de todos. Suas posturas responsáveis frente à natureza e à humanidade, vem, portanto de uma escolha política e não por serem mães, terem nascido

mulheres e supostamente guardarem uma essência próxima da natureza.

As agricultoras agroecológicas lidam com conflitos no interior das famílias e das comunidades para conseguir produzir em determinado espaço sem a contaminação por agrotóxicos proveniente de produções vizinhas. Elas buscam de forma permanente equilibrar o trabalho e a produção para autoconsumo e para venda. Entendem que o acesso à renda monetária é essencial para sua autonomia econômica e apresentam propostas de políticas públicas de apoio à comercialização. Mas, como dizem, não querem vender galinha caipira para comprar frango congelado. Querem que elas e as pessoas próximas comam os produtos de qualidade que produzem e têm apurado cálculo econômico ao considerar como retorno o fato de seus filhos não adoecerem.

Elas valorizam os quintais, mas não querem se restringir a eles, querem propor outras formas de manejo para o território manejado por sua família e comunidade. Desenvolvem experiências em grupos coletivos de produção no manejo de áreas maiores. Às vezes estas áreas são um pouco distantes de suas casas e impõe para elas a necessidade de renegociar o trabalho doméstico para que possam se ausentar. O fato de conseguir se ausentar de casa é uma conquista que elas valorizam muito e ainda permite maior concentração e dedicação ao trabalho produtivo, sem ter que parar todo o tempo para, como elas dizem “olhar os meninos”.

A agroecologia, assim como a economia solidária, desde uma abordagem feminista aportam para formas alternativas de organizar a economia. Experimentam formas de gestão em que as pessoas possam construir consensos nas tomadas de decisão e se responsabilizem coletivamente pelo seu cumprimento. Criam, exercitam e recriam tecnologias que permitem produzir quantidades esperadas, reduzir a penosidade do trabalho e equilibrar os usos do tempo.

### **ALTERNATIVAS DESDE AS MULHERES TRABALHADORAS URBANAS**

As trabalhadoras urbanas se inserem na longa trajetória do movimento sindical visando à ampliação do emprego e sua qualidade.

Os métodos de organização do trabalho adotados por muitas empresas fragmentam as etapas de produção e impõem um ritmo às trabalhadoras. Os métodos de controle do ritmo de trabalho - como as linhas de produção e a imposição de turnos para ir ao banheiro, entre outras - enfrentam resistências das mulheres.

Elas buscam conhecer o processo de produção por inteiro, o que lhes permite variar de função, reconhecer suas qualificações para o exercício do trabalho proposto até chegar a consciência de que a riqueza criada, materializada no produto final, é resultado de seu trabalho. Este processo de tomada de consciência passa não só pelo controle do processo de trabalho, mas também pela remuneração e pelo controle dos usos do tempo.

A luta por melhores salários se dá pela negociação dentro de cada empresa, por parâmetros mínimos para cada categoria e aumento do salário mínimo. Outra demanda permanente é por uma justa remuneração, por exemplo, com a bandeira de “Salário igual para trabalho igual”. Uma estratégia de muitas empresas é limitar as mulheres a determinados setores da produção e seus baixos salários são justificados pelo que seria um trabalho leve. Por isto a bandeira se ampliou para “salário igual para trabalhos equivalentes”.

O diálogo com a sociedade sobre a equivalência entre valorização do trabalho e sua remuneração permanece e leva ao questionamento sobre por que muitas funções são melhor remuneradas do que a de professora do ensino fundamental ou a de agente de saúde, atividades realizadas majoritariamente por mulheres.



ANPR

Além de uma maior igualdade entre os rendimentos das trabalhadoras e trabalhadores o que se busca é maior repartição da riqueza criada entre as trabalhadoras e os detentores do capital, sejam os empresários, sejam os rentistas, aqueles que vivem dos juros recebidos por seu dinheiro aplicado. Uma forma é a participação das trabalhadoras nos resultados das empresas.

O cumprimento de direitos trabalhistas previstos em lei como férias remuneradas, 13º salário, auxílio-transporte também permite uma melhor remuneração do trabalho. Somam-se a isto os salários indiretos que resultam de negociações coletivas, como bônus, refeição e aportes a fundos de pensão.

A melhor remuneração e o conhecimento do processo de trabalho se somam com o controle sobre seu tempo de trabalho e tempo livre. Uma demanda histórica do movimento sindical é a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas sem redução de salário.

O respeito à jornada de trabalho se esvai quando o trabalho é realizado em domicílio. Em setores de ponta, como o da tecnologia da informação, a flexibilidade da jornada é vivida como tensão pelas mulheres que se queixam de baixa produtividade quando trabalham em casa (Castro, 2011). Em especial quando têm filhos pequenos, elas não têm como simplesmente fechar a porta e deixar a casa cair. Por isto, não são poucas aquelas que trabalham de madrugada na hora que os filhos dormem e a casa fica silenciosa.

O equilíbrio entre os tempos de trabalho remunerado, de estudo, de lazer, de convivência e de participação política é um exercício permanente. No Estado Espanhol e na Argentina a busca por este equilíbrio desencadeou experiências coletivas de banco de tempo, onde se trocam horas de cuidado de pessoas dependentes, de trabalho doméstico ou de motorista.

O tempo despendido no transporte também é uma questão cada vez mais urgente nas grandes cidades. Em 2013, entre

as mulheres ocupadas com mais de 16 anos no Brasil, 10,4% gastavam mais do que uma hora por dia de deslocamento entre casa e trabalho<sup>1</sup>. As alternativas propostas pelas mulheres vão desde a melhoria do transporte público quanto a distribuição descentralizada dos serviços, em particular de saúde e de educação, de modo a evitar muitas viagens ao largo da cidade.

A aproximação dos tempos do cuidado com os tempos do trabalho no mercado está em propostas como a licença maternidade e paternidade compartilhada ao longo de um ano após o nascimento ou adoção de uma criança. Outra proposta é que as creches e atividades educativas complementares

tenham um calendário que recubra todo o ano e não se restrinja ao calendário escolar. (CUT, 2015)

Estas alternativas são gestadas sobretudo no movimento sindical. Para que se concretizem, o fortalecimento da organização sindical das trabalhadoras é fundamental. Isso pressupõe a liberdade e autonomia sindical, direito de organização no local de trabalho, fortalecimento da negociação coletiva através de instrumentos como o contrato coletivo de trabalho e a participação paritária de mulheres em todas as instâncias.

1. [http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores\\_uso\\_tempo.html](http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_uso_tempo.html)

## PARA LER MAIS

CASTRO, Bárbara. Gênero e trabalho na tecnologia da informação: um perfil dos profissionais do setor no Brasil. Trabalho apresentado no XV Congresso Brasileiro de Sociologia 26 a 29 de julho de 2011, Curitiba.

CARRASCO, Cristina. "Sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres?". In: FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam (orgs.). *A produção do viver: ensaios de economia feminista*. São Paulo: SOF, 2003. pp 11-49.

CARRASCO, Cristina (org.) *Con voz propia. La economía feminista como apuesta teórica y política*. Madrid: La Oveja Roja, 2014.

CUT – 8º Encontro Nacional de Mulheres da CUT. Caderno de Resoluções. São Paulo, CUT, 2015.

NOBRE, Miriam. "Diálogos entre Economia Solidária e Economia Feminista". In: FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam (orgs.). *A produção do viver: ensaios de economia feminista*. São Paulo: SOF, 2003. pp 91-101.

SILIPRANDI, Emma. "Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural". In PETERSEN, Paulo (org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. pp 139-151

SOF SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. *Para entender a economia feminista e colocar a lógica da vida em primeiro lugar*. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2014.

SORJ, Bila. "O Feminino como metáfora da natureza". In: *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, vol. 0 nº 0, pp. 143-150, 1992.





RAFAEL BARRETO/CGERU

## INDICADORES SOBRE A SITUAÇÃO ECONÔMICA DAS MULHERES NO BRASIL

Os indicadores são um instrumento que auxilia gestoras e gestores públicos e cidadãos a identificar, acompanhar e avaliar fatos de qualquer natureza. Trata-se de um recurso metodológico que toma como base dados da realidade para informar algo sobre um aspecto dessa mesma realidade ou sobre mudanças que estão acontecendo. São medidas quantitativas ou qualitativas de fenômenos sociais que permitem analisar as condições de vida de um setor ou setores da população, suas inter-relações com outros setores, tendências e possíveis mudanças. A partir deles, é possível elaborar diretrizes e planos de ação.

Um indicador condensa em um número a informação contida nas estatísticas existentes e permite uma leitura rápida e comparações temporais e espaciais. Assim, a matéria-prima dos indicadores são as estatísticas

públicas, que correspondem aos dados em sua forma bruta. No Brasil, essas informações são produzidas, processadas e disseminadas por diferentes órgãos que atuam em âmbito municipal, estadual ou federal.

Em nível federal, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é quem coordena o Sistema de Produção e Disseminação de Estatísticas Públicas, produzindo dados primários (por meio dos Censos Demográficos), compilando as informações obtidas daí ou de diferentes ministérios e secretarias federais. Em nível estadual, agências de estatísticas compilam dados administrativos vindos de diferentes secretarias ou de pesquisas realizadas por amostragem.

O levantamento e a sistematização de dados sobre as mulheres tiveram importantes avanços a partir de 2003, que

resultam na implementação do Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG), do Relatório Anual Sócio-econômico da Mulher (RASEAM) e do sitio web Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Essas ferramentas permitem comparar dados estatísticos, observar mudanças no cenário e orientar políticas públicas como resposta a tais alterações. Para além do gênero, elas permitem observar outras dimensões, grupos e categorias como idade, escolaridade, raça/etnia, religião, deficiência, orientação sexual, migração e status de cidadania, assim como o local de moradia (em áreas urbanas e rurais), que reforçam as diversidades e podem aumentar ou diminuir a desigualdade observada entre homens e mulheres. No Brasil, por exemplo, mulheres pretas ou pardas, assim como aquelas residentes nas áreas rurais e na Região Nordeste, apresentam historicamente indicadores sociais mais desfavoráveis que mulheres brancas ou residentes nas áreas urbanas ou na Região Sudeste.

A seguir, veremos dados que cada uma das fontes citadas analisa e diferentes possibilidades de leitura dos mesmos.

### **SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE GÊNERO (SNIG)**

O SNIG é fruto de um trabalho contínuo desenvolvido pela Coordenação de População e Indicadores Sociais (COPIS) do IBGE, em parceria com outras áreas do instituto e demais órgãos públicos diretamente interessados na produção e disseminação de indicadores e análises de gênero. A primeira edição do SNIG foi publicada em 2006 e analisa dados censitários de 1991 e 2000. A versão mais recente, de 2014, analisa dados de 2000 e 2010.

O SNIG 2014 é composto por uma publicação impressa (disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalh>

es&id=288941) e por um sistema web (<http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/apresentacao.html>) que permite o acesso a indicadores de gênero classificados por tema: População, Famílias, Migração, Pessoas com Deficiência, Domicílios, Educação, Trabalho e Rendimento, além dos Territórios da Cidadania<sup>1</sup>.

O sistema permite a desagregação por diversas divisões territoriais, como País, Grandes Regiões, Unidades da Federação (Estados) e municípios, e considera, além das desigualdades de gênero, as desigualdades de raça/etnia, idade, local de moradia (rural e urbano) e classes de rendimento.

Aqui neste texto serão destacados os principais resultados quanto a mercado de trabalho e rendimentos, bem como informações relevantes sobre rendimentos e inserção no mercado de trabalho que se encontram nos itens Família e Educação.

### **RELATÓRIO ANUAL SÓCIO-ECONÔMICO DA MULHER (RASEAM)**

A Lei nº 12.227/2010, criada por iniciativa da deputada federal Luiza Erundina, determinou a publicação anual do RASEAM<sup>2</sup>. Esse relatório faz um monitoramento sistemático dos dados relacionados às mulheres e apresenta indicadores para formulação e implementação de políticas públicas. Estes servem também de apoio para a prestação de contas das ações direcionadas às mulheres e o acompanhamento e aprimoramento das políticas de gênero.

A primeira edição do RASEAM foi publicada em 2014 e tomou como base os

1. Os 120 Territórios da Cidadania reúnem municípios próximos, com características físicas em comum, em áreas historicamente alijadas das políticas públicas, com grande concentração de população que vive da agricultura familiar, assentada, quilombola, indígena ou pescadora.

2. Para elaboração do RASEAM, foi criado um Grupo de Trabalho integrado por representantes da SPM, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e IBGE. Participam também, como convidados permanentes, integrantes do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da ONU Mulheres.

dados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) de 2011 divulgada pelo IBGE, bem como outras informações administrativas. A segunda edição é de 2015. O capítulo Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho utiliza dados da PNAD de 2012. Os indicadores de uma maior autonomia econômica são a melhoria da inserção das mulheres no mercado de trabalho e seus rendimentos e uma distribuição mais equitativa dos afazeres domésticos e das atividades de cuidado.

### RETRATOS DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA<sup>3</sup>

Trata-se de um site - <http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores.html> - que organiza dados sobre a situação de mulheres, homens, negros e brancos a partir dos dados da PNAD em doze blocos temáticos. São eles: População; Chefia de Família; Educação; Saúde; Previdência e Assistência Social; Mercado de trabalho; Trabalho Doméstico Remunerado; Habitação e Saneamento; Acesso a Bens Duráveis e Exclusão Digital; Pobreza, Distribuição e Desigualdade de Renda; Uso do Tempo; e Vitimização. Aqui serão apresentados dados da PNAD 2013 comparada à PNAD 1995 dos blocos Mercado de Trabalho, Trabalho Doméstico Remunerado, Distribuição e Desigualdade de Renda e Uso do Tempo. Como o site é atualizado sempre que são divulgados os resultados da PNAD, é interessante consultá-lo anualmente para ter uma descrição mais próxima da realidade que se quer analisar.

### INDICADORES REFERENTES À AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES

Como já mencionado, a inserção no mercado de trabalho e o rendimento são indicadores centrais para a autonomia econômica das mulheres. A inserção das mulheres no mercado de trabalho é analisada a partir da taxa de atividade, taxa

de formalização dos trabalhadores e nível de instrução da população ocupada.

Para ir além da visão que associa trabalho a emprego, analisamos também o uso do tempo, isto é, a quantidade de horas dedicadas ao trabalho doméstico e de cuidados e ao trabalho principal ou remunerado. Essa análise revela a desigualdade na sobrecarga e no envolvimento de mulheres e homens em atividades consideradas menos ou mais valorizadas.

A responsabilização das mulheres pelo trabalho de cuidados condiciona seu acesso e permanência no mercado de trabalho. Assim, o acesso à creche é outro indicador importante para a análise de autonomia econômica das mulheres já que esse fator condiciona as possibilidades que as mulheres com filhos pequenos têm de combinar trabalho remunerado e de cuidados.

### INSERÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: TAXA DE ATIVIDADE OU DE PARTICIPAÇÃO

A população chamada economicamente ativa (PEA) é aquela que se encontra trabalhando formal ou informalmente, inclusive no trabalho voluntário e na produção para autoconsumo ou procurando trabalho. A taxa de participação mostra a relação entre a PEA e a população total na mesma faixa etária. São divulgadas informações para pessoas com 10 anos ou mais e com 16 anos ou mais, o que permite identificar a existência de trabalho infantil.

A Tabela "Taxa de Participação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por Sexo, segundo Cor/Raça e Localização do Domicílio - Brasil e Regiões, 1995 a 2013" que integra os *Retratos das Desigualdades* nos permite analisar as variações entre mulheres e homens ao longo do tempo. A taxa de participação das mulheres brancas passou de 53,8% em 1995 para 55,6 em 2013, enquanto que a das mulheres negras passou de 55,1 para 55, no mesmo período. Esse dado

3. <http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores.html>

mostra que as oportunidades de trabalho criadas no período foram mais aproveitadas pelas mulheres brancas e sugere que a entrada e permanência das mulheres negras no mercado de trabalho podem depender de outros fatores além da expansão econômica.

Na comparação por gênero, a taxa de participação dos homens brancos caiu de 84,3% em 1995 para 77,8 em 2013, enquanto que a dos homens negros foi de 86,2 para 79,4% no mesmo período. Percebe-se que a redução da desigualdade entre mulheres e homens deveu-se mais à redução da inserção dos homens no mercado de trabalho do que a um aumento real da inserção das mulheres, sobretudo no que diz respeito às mulheres negras.

Os dados da PNAD 2012 que constam da tabela citada do *Retratos da Desigualdade* apontam uma taxa de participação para as mulheres de 55,8% enquanto que para os homens de 79,1%, para as mulheres negras de 55,5% e para os homens negros de 79,9%. Já o dado utilizado pelo Raseam nos abre outra hipótese porque delimita a faixa etária analisada, utilizando a taxa de participação de mulheres e homens entre 16 e 59 anos. Em 2012, essa taxa correspondia a 64,2% para as mulheres e 86,2% para os homens. A diferença se acentua quando se considera a raça: a taxa de participação das mulheres negras era de 62,2%, enquanto a dos homens era de 86,5%. As taxas de atividade maiores quando se delimita a faixa etária podem indicar uma retirada de pessoas mais idosas do mercado de trabalho pelo acesso à aposentadoria e a outros benefícios da Seguridade Social.

Quando se considera as variações no período entre 2000 e 2010 analisadas pelo SNIG, o crescimento da taxa de participação das mulheres leva uma pequena vantagem: cresceu em 4,5 pontos percentuais e a dos homens reduziu em 4 pontos. A variação entre mulheres e homens, ainda que grande, reduziu nos últimos dez anos. As mulheres

aumentaram sua participação no mercado de trabalho, enquanto que aumentou a taxa dos homens considerados inativos, sobretudo na faixa de 16 a 29 anos.

Para análise das mudanças na taxa de participação no meio rural, utilizamos os dados do Censo Populacional analisados pelo SNIG. Isso porque apenas em 2004 a PNAD passou a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. A taxa de participação é maior entre as urbanas, 56%, frente a 45,5% das mulheres rurais. Isso indica que pode haver uma sub-notificação das atividades realizadas pelas mulheres e uma representação de que a produção para o autoconsumo é extensão do trabalho doméstico, portanto, considerado não-trabalho. Além disso, as pessoas que realizam essa produção – em grande parte mulheres – são consideradas inativas.

#### TAXA DE DESOCUPAÇÃO

A taxa de desocupação ou de desemprego aberto é a proporção das pessoas que procuraram ativamente emprego nos 30 dias anteriores à entrevista em relação à população total na mesma faixa etária. Comparando com os dados da PNAD 1995, em 2013 não houve variação significativa para homens negros e brancos e para mulheres brancas, mas sim para as mulheres negras, sobretudo para aquelas que têm entre 9 e 11 anos de estudo.

A taxa de desocupação das mulheres negras em 2013 era mais do que o dobro da taxa dos homens brancos. Observa-se que o desemprego entre os homens tende a se dar pelo fechamento de postos de trabalho (homens que possuíam um trabalho formal antes e estão desempregados). Já entre as mulheres, o indicativo de desemprego é sua busca por entrar no mercado de trabalho formal. Quando as mulheres param de se ver como donas de casa e começam a procurar emprego elas são consideradas ativas e a taxa de desemprego aumenta. É por essa

razão que um jeito conservador de lidar com altas taxas de desemprego são as políticas de incentivo à maternidade.

Se a taxa de atividade das mulheres em 2013 fosse igual à dos homens, implicaria haver mais de 18 milhões de mulheres em busca de atividade econômica (sem esquecer que o trabalho doméstico que realizam é considerado inatividade). O maior desemprego entre as mulheres negras pode tanto ser resultado da discriminação ainda presente no mercado de trabalho como por sua maior iniciativa nos estudos e na busca por emprego. Isso porque o investimento na educação requer mais tempo e termina por retardar a entrada no mercado de trabalho.

#### FORMALIZAÇÃO DO EMPREGO

A taxa de formalização é a proporção de pessoas ocupadas que estão em trabalhos formais: trabalhador com carteira de trabalho assinada, militares e funcionários públicos e os trabalhadores por conta própria e empregadores que contribuem com a previdência social. É um indicador da qualidade do trabalho pelo acesso a direitos como férias, 13º, licença-maternidade, entre outros.

Em 2010, 57,9% das mulheres ocupadas com 16 anos ou mais, estava no trabalho formal, proporção ligeiramente inferior à dos homens, que chegava a 59,2%.

Nos últimos vinte anos a taxa de formalização aumentou para todos os setores e, de forma mais intensa, entre jovens e entre negros e negras. No entanto, mantêm-se variações regionais: enquanto 76% das mulheres ocupadas em Florianópolis estavam no mercado formal, em Belém essa proporção era de 51,2%.

Considerando a PNAD 2012, analisada pelo RASEAM, a proporção de mulheres em trabalhos formais era pouco inferior à de homens, mas a diferença se acentua quando consideramos a raça: somente 48,4% das mulheres negras estavam em trabalhos formais, frente a 64,6% dos homens brancos.

#### EMPREGO DOMÉSTICO

A categoria de trabalho doméstico inclui todos aqueles que envolvem contratação por uma pessoa física ou família em um ambiente residencial, o que inclui serviços como faxina, cuidado de crianças ou idosos, cozinha – executados majoritariamente por mulheres – mas também jardinagem, motorista e caseiro, funções ocupadas principalmente por homens.

O trabalho doméstico remunerado, embora venha reduzindo, continua sendo uma das principais ocupações das mulheres. A proporção de mulheres ocupadas no emprego doméstico passou de 17,3% em 1995 para 14,6% em 2013, chegando a 18,6% entre as mulheres negras.

Em 2012, entre as pessoas com mais de 16 anos ocupadas no emprego doméstico, 92% eram mulheres. Dessas, 63,4% eram negras e 20,1% tinham menos de 4 anos de estudo. A média do salário das empregadas domésticas negras era inferior ao salário mínimo e representava 86% do salário das brancas. A média de salário das empregadas domésticas representava 68% do salário médio dos homens nesta ocupação.

Considerando-se a posição na ocupação percebe-se uma diminuição da proporção de empregadas domésticas sem carteira assinada. Mas em 2010, entre todos os trabalhadores e trabalhadoras ocupadas, 10% eram trabalhadoras domésticas sem carteira assinada e 5,1% empregadas domésticas com carteira assinada. Entre as empregadas domésticas sem carteira assinada, 62,3% eram negras e 36,% eram brancas.

A desigualdade entre homens e mulheres no trabalho doméstico também é muito evidente ao olharmos para a situação de formalização: apenas 28,4% das mulheres empregadas domésticas possuíam carteira assinada frente a 50,2% dos homens em ocupações domésticas.

#### RENDIMENTO

O rendimento é uma das principais variáveis – mas não a única – para se mensurar

pobreza e desigualdade. Desde uma visão mais ampla, a pobreza implica tanto a privação do acesso a ativos (crédito, bens móveis e imóveis, entre outros) quanto de liberdades individuais.

Em 2013, segundo os dados da PNAD, o rendimento médio mensal das mulheres negras equivalia a aproximadamente 39% do rendimento dos homens brancos.

**Tabela 1: Rendimento médio mensal no trabalho principal da população ocupada com 16 anos ou mais de idade**

	Valores em R\$
Homens brancos	2.262,30
Homens negros	1.256,90
Mulheres brancas	1.517,70
Mulheres negras	876,40

Fonte: IBGE/PNAD a partir da elaboração de IPEA/DISOC

O SNIG aponta que, em 2010, 33,7% das mulheres e 25,7% dos homens tinham rendimento mensal de até 1 salário mínimo. Dentre as mulheres negras, 40,3% recebiam até 1 salário mínimo, e dentre as rurais, 50,5%.

As políticas de valorização do salário mínimo e de proteção social contribuíram para uma melhoria dos rendimentos recebidos pelas mulheres. O rendimento médio dos homens entre 2000 e 2010 subiu 7,3%, enquanto que o das mulheres subiu 10,7%. Ainda que tenha diminuído a disparidade de rendimento entre mulheres e homens, em 2010 as mulheres tinham um rendimento médio equivalente a 74% do rendimento dos homens.

O rendimento médio das mulheres negras correspondia a 35% do rendimento médio dos homens brancos. As mulheres negras tinham um rendimento médio equivalente a 52% do rendimento das mulheres brancas. E as mulheres brancas, a 67% do rendimento médio dos homens brancos. As mulheres rurais são as que apresentam os menores rendimentos mensais, que em 2010 correspondiam a 480 reais em média, valor inferior ao salário mínimo vigente na época.

A distribuição dos rendimentos entre as mulheres é mais desigual do que entre os

homens. Em 2010, enquanto o rendimento médio das mulheres com os 20% maiores rendimentos era de 3.367 reais em média, o das mulheres com os 20% menores rendimentos era de 164 reais. Isso significa que o rendimento médio das primeiras era 20,5 vezes superior ao das últimas. Para os homens, esta relação é de 14,1 vezes (5.104 reais frente a 362 reais).

A desigualdade de rendimento médio do trabalho entre homens e mulheres também aumenta com a idade. Em média, as jovens entre 18 e 24 anos recebiam 88% do rendimento dos homens da mesma faixa etária, enquanto que as mulheres de 60 anos ou mais recebiam 64% do rendimento dos homens.

### AUSÊNCIA DE RENDIMENTOS

O indicador “Proporção de mulheres sem rendimentos” ilustra a relação de dependência econômica das mulheres, o não reconhecimento do trabalho doméstico que realizam e a vulnerabilidade a situações de violência doméstica. Em 2010, 30,4% das mulheres com 16 anos ou mais não tinha nenhum rendimento, enquanto que 19,4% dos homens encontravam-se nesta situação.

Do total de pessoas sem rendimento – incluindo mulheres e homens - o maior peso estava entre as rurais, que correspondiam a 32,3% **destas** frente a 23,9% das urbanas e entre as negras (27,4%), frente às brancas (22,6%).

Entre 2000 e 2010, também diminuiu o número de mulheres idosas sem rendimento, o que revela um aumento da cobertura previdenciária. Em 2010, quando consideramos todas as faixas etárias, 30,4% de mulheres não tinham rendimentos. Já na faixa de 60 anos, esta proporção caía para 15,7%.

### ESCOLARIDADE

Segundo o SNIG, as mulheres ocupadas em 2010 eram mais escolarizadas do que os homens: 19,2% delas tinham o superior completo, enquanto que 11,5% dos homens

tinham este mesmo nível de instrução. A disparidade se acentua quando se considera a raça: 26% das mulheres brancas tinham superior completo frente a apenas 11,2% das negras.

Os indicadores demonstram maior escolarização feminina, com taxas de analfabetismo superiores para as mulheres somente na faixa etária de 60 anos ou mais.

A taxa de frequência bruta a estabelecimentos de ensino era bastante próxima para meninas e meninos. Ainda assim, chama atenção que haja uma proporção maior de mulheres de 15 a 17 anos que não estudavam nem trabalhavam (12,6%) se comparada à do homens (9,1%). A diferença por sexo deste indicador atinge 6,3 pontos percentuais na área rural. Isso pode estar relacionado à gravidez e à maternidade precoces ou à sua responsabilização pelo cuidado de irmãos menores e pelo trabalho doméstico em condições adversas, que leva a que mais da metade das adolescentes dessa faixa etária (56,8%) estejam fora da escola ou do mercado de trabalho.

O fato de as mulheres serem mais escolarizadas do que os homens não implica necessariamente maiores rendimentos. A razão entre o rendimento de mulheres e homens segundo áreas de formação demonstra que as mulheres recebiam menos do que os homens em todas as áreas, indo de 53,2% nos serviços a 78,5% em humanidades e artes.

#### **USOS DO TEMPO PARA O TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADO E ACESSO A CRECHES**

A responsabilização pelo trabalho de cuidado tem como indicadores a proporção da população que se ocupa de afazeres domésticos e a quantidade de horas semanais empregadas nos mesmos. Em 2013, 87,6% das mulheres com mais de 16 anos cuidava de afazeres domésticos, enquanto que 45,8% dos homens o faziam. As mulheres dedicavam em média 25 horas

semanais a esse trabalho, o que significa mais do que o dobro do que os homens dedicavam: 10,7 horas.

O RASEAM analisa em conjunto as horas dedicadas ao trabalho principal e aos afazeres domésticos. Em 2012, as mulheres dedicavam 35 horas ao trabalho principal e 21 horas aos afazeres domésticos, totalizando uma jornada semanal de 56 horas, enquanto que os homens dedicavam 42 horas ao trabalho principal e 10 horas aos afazeres domésticos, totalizando uma jornada semanal de 52 horas. Ou seja, os homens dedicam ao trabalho doméstico metade do tempo das mulheres. Com isso, eles têm maior possibilidade de inserção no trabalho principal, em geral remunerado, e no total ainda trabalham menos do que as mulheres.

As mulheres rurais dedicam 26 horas semanais aos afazeres domésticos, enquanto que as urbanas, 20. A jornada de trabalho total por semana das mulheres rurais é de 53,4 horas enquanto que a dos homens rurais é de 49,3 horas. O Relatório destaca que o maior número de horas dedicadas pelas mulheres rurais pode estar relacionado ao fato de que mesmo atividades produtivas realizadas no quintal e que também geram renda, como a horta e a criação de pequenos animais, sejam consideradas por elas como afazeres domésticos. Além disso, pode ser que as condições de realização dos afazeres domésticos para as mulheres rurais sejam mais duras que no caso das urbanas, considerando a ausência de saneamento básico, coleta de lixo ou acesso a água.

A oferta de creches impacta diretamente na autonomia das mulheres e suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Em 2012, somente 20,3% das mulheres com filhos de 0 a 3 anos tinham todos os filhos na creche. O acesso tem grande variação regional, eram 7,3% das mulheres com filhos pequenos na região norte e 29%, na região sul. Dentre as mulheres que todos os filhos frequentavam creche, 72,9% estavam ocupadas. Dentre as que

## ATIVIDADE ECONÔMICA DAS MULHERES RURAIS

*A inserção das mulheres rurais em atividades econômicas é também marcada por seu menor acesso aos fatores de produção, o que pode ser medido pela maior desigualdade entre os rendimentos quando se considera outras fontes (aluguéis, aplicações financeiras,...) ou quando se considera o acesso à terra e assistência técnica pelas responsáveis por estabelecimentos agropecuários.*

*Foi em 2006 que o Censo Agropecuário pela primeira vez perguntou o sexo do responsável pelo estabelecimento agropecuário. Assim, foi possível identificar que as mulheres eram responsáveis por 12,68% deles. Embora os dados disponíveis ainda sejam insuficientes para revelar as contribuições das demais mulheres rurais, que estão na condição de esposas, filhas ou agregadas, e os desafios que enfrentam, eles trazem indicações da realidade por elas vividas. Dentre elas está a desigualdade no acesso à terra e ao acompanhamento técnico.*

*A área média das proprietárias equivale a 38% da área média dos proprietários. A porcentagem de estabelecimentos de produtoras sem área é quase o dobro da dos produtores na mesma condição. A principal forma de obtenção da terra para os homens é pela compra de particulares, e para as mulheres, a herança. Sem desconsiderar os padrões familiares patriarcais que muitas vezes contemplam as mulheres na divisão dos bens com animais ou máquina de costura, o que se percebe é que as regras de mercado são ainda mais excludentes: as mulheres são as que têm menos acesso à dinheiro, comercializam menos e enfrentam mais discriminação para obter um empréstimo junto ao sistema financeiro.*

*Considerando os estabelecimentos da agricultura familiar dirigidos por homens, 22% receberam algum tipo de assistência, enquanto que apenas 11% daqueles dirigidos por mulheres o receberam. Para que estivessem no mesmo patamar, mais de 66.000 estabelecimentos dirigidos por mulheres deveriam ser contemplados. Para as produtoras é maior a importância relativa da assistência técnica pública (governamental e ONGs). (Nobre, 2012, p. 104 a 106)*

nenhum filho frequentava creche, 42,6% estavam ocupadas.

### **FAMÍLIA: RESPONSABILIDADE E CONTRIBUIÇÃO ECONÔMICA DAS MULHERES**

O indicador utilizado pelo SNIG é a razão entre o número de famílias com mulheres responsáveis pela família em relação ao número total de famílias. Pessoa responsável é aquela reconhecida como tal pelos demais membros da unidade doméstica. Não há, portanto, um critério objetivo para identificar a atribuição dessa responsabilidade, como maior rendimento, pessoa mais idosa, etc.

Em 2010, as mulheres eram responsáveis por 37,3% das famílias. Já as mulheres negras eram responsáveis por 38,7% das famílias com responsáveis negros. As

mulheres eram responsáveis por 87,4 das famílias monoparentais, isto é, aquela que têm apenas um chefe de família (mãe ou pai). Eram também responsáveis por 40,8% das famílias com rendimento mensal per capita de até 1 salário mínimo.

Outro indicador da autonomia econômica das mulheres foi sua contribuição para o rendimento monetário familiar total. O rendimento das mulheres representou 40,9% do rendimento das famílias. Esta proporção chegava a 51% entre as famílias rurais do Nordeste e a menor contribuição das mulheres se dava entre famílias rurais do Centro-Oeste. Nas famílias com pessoas responsáveis negras, as mulheres contribuíram com 42% dos rendimentos, enquanto que no caso das brancas, 39,7%.

## INDICADORES NÃO ANDROCÊNTRICOS: A EXPERIÊNCIA DAS MULHERES NO CENTRO

Como explicado no início, um indicador condensa em um número a informação contida nas estatísticas existentes, assim permite uma leitura rápida e comparações temporais e espaciais. Trata-se de uma representação estatística e simbólica de uma realidade. São medidas quantitativas ou qualitativas de fenômenos sociais que permitem analisar as condições de vida de um setor ou setores da população, suas inter-relações com outros setores, tendências e possíveis mudanças.

Os indicadores orientam as políticas públicas. Assim, um indicador como a relação dívida pública/PIB (Produto Interno Bruto) orienta políticas monetárias de expansão ou contração da atividade econômica. Neste caso, trata-se de um indicador restrito ao mercado e, mais especificamente, a seus aspectos monetários e fiscais.

A proposta feminista vai além e busca construir indicadores não androcêntricos, isto é, que permitam um olhar mais complexo da realidade econômica, incorporando dimensões que estão fora do mercado, como é o caso de todo o trabalho reprodutivo e de cuidados feito no âmbito doméstico pelas mulheres. E, desta forma, contribuir para o desenho de políticas públicas que incidam para reduzir as desigualdades entre homens e mulheres.

Os indicadores não androcêntricos aprofundam o debate que questionou a noção presente na economia dominante, que qualificava desenvolvimento apenas como crescimento econômico, vinculado à produção de mercadorias. Nessa compreensão mais ampla do que seja desenvolvimento, outros aspectos são considerados como indicadores de capacidades humanas fundamentais como: "a) ter uma vida longa e saudável; b) ser instruído; c) viver em condições materiais dignas; d) ser capaz de participar da vida da comunidade e poder fazê-lo" (Teixeira, 2012). Esse debate resultou na formulação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Por exemplo, em estudo com base na PNAD 2004 a economista Lena Lavinias detectou que ter máquina de lavar é a variável que mais contribui para elevar a renda das mulheres pobres ocupadas (R\$ 54,15), aumentando-a em 42%. "A máquina de lavar, além de medida indireta da existência de água encanada e esgotamento, representa objetivamente a redução do trabalho doméstico, quando não a possibilidade de uma renda extra. "Considerar como variáveis diretamente água encanada e esgotamento sanitário variável domiciliar não teria o mesmo impacto do ponto de vista do gênero, que temos com a presença de uma máquina de lavar." (Lavinias, 2007, p. 1473)

Esta informação demonstra a importância de lavanderias públicas ou o estímulo a lavanderias coletivas especialmente bem distribuídas. Se houvesse pesquisas de uso do tempo aprimoradas e regulares, seria possível detectar em qual momento as mulheres lavam a roupa e se elas combinam essa com outras atividades, o que tornariam mais difícil sair de casa e despende tempo esperando a roupa na lavanderia coletiva.

O que se pretende destacar é que há indicadores possíveis, pois utilizam informações estatísticas das quais já dispomos, e indicadores desejados, que demonstram lacunas nas estatísticas existentes e apontam para sua melhoria. Há também indicadores de igualdade, que comparam a situação das mulheres em relação à situação da população masculina. E há indicadores que mostram mudanças na ideologia patriarcal, como a segregação por sexo do mercado de trabalho e aqueles que vão mais além do mercado e da associação direta entre trabalho e emprego.

A economista feminista Cristina Carrasco (Carrasco, 2012) desenvolveu uma série de indicadores a pedido do Instituto Catalão de Mulheres, com base em dez capacidades que este se propunha a desenvolver:

1. Acesso à saúde.
2. Acesso à educação e conhecimento.
3. Acesso a um espaço doméstico adequado e seguro.
4. Acesso a um trabalho remunerado em condições adequadas.
5. Acesso a obtenção de rendimentos monetários.
6. Acesso a uma mobilidade e a um planejamento territorial adequados.
7. Acesso a um tempo livre e às atividades esportivas.
8. Acesso aos cuidados.
9. Acesso a uma vida livre de violência.
10. Participação social e política na comunidade.”

(Carrasco, 2012)

Um exemplo sobre a relevância dos indicadores para a elaboração de políticas está na mobilidade. As mulheres usam mais transporte público que os homens. Sendo assim, como imaginar que uma política que separe um vagão em um trem para que seja exclusivamente feminino possa proteger as mulheres de situações de assédio?

Esse tipo de proposta parte do preconceito de que as mulheres circulam pouco pela cidade e que as poucas que o fazem poderiam caber todas em um só vagão. Para as muitas mulheres que estarão nos outros vagões pode-se mesmo aumentar o risco de assédio, já que não estariam na área delimitada para elas. As mulheres andam mais a pé, se movem por diferentes motivações (em geral ligadas ao cuidado de filhos, doentes e da casa), e em circuitos mais próximos. Por isso, o modelo de abastecimento centrado em grandes supermercados em áreas distantes, que necessitam de carro, tende a ser mais inadequado para elas do que feiras e pequenos comércios nas proximidades, que podem ser incentivados pelo poder público municipal.

Esse é um exemplo que mostra as múltiplas possibilidades de articulação de políticas públicas que existem quando se considera a experiência das mulheres. O desafio é aprofundar esse debate e traduzi-lo em práticas concretas.

### EM SÍNTESE

Embora a desigualdade entre mulheres e homens venha diminuindo, as mulheres, em particular as negras, têm menores taxas de atividade e rendimento médio. As desigualdades salariais entre mulheres e homens permanecem mesmo com a maior escolarização das mulheres, se acentuam conforme os anos de trabalho e se mantêm mesmo para aquelas inseridas no mercado de trabalho formal. Estas variações também ocorrem conforme a região do país e a

localização urbana ou rural do domicílio. Apesar dos baixos rendimentos as mulheres contribuem de forma significativa com o rendimento das famílias, ainda mais entre as famílias rurais do nordeste.

O exercício feito aqui de cotejar informações que não podem ser comparadas serve apenas para nos chamar atenção de que é preciso buscar as fontes de informação mais adequadas a cada indicador que construímos para análise da realidade e das políticas públicas.



## PARA LER MAIS

BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, ONU Mulheres, SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. *Retratos das desigualdades de gênero e raça*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acesso em: maio/2015.

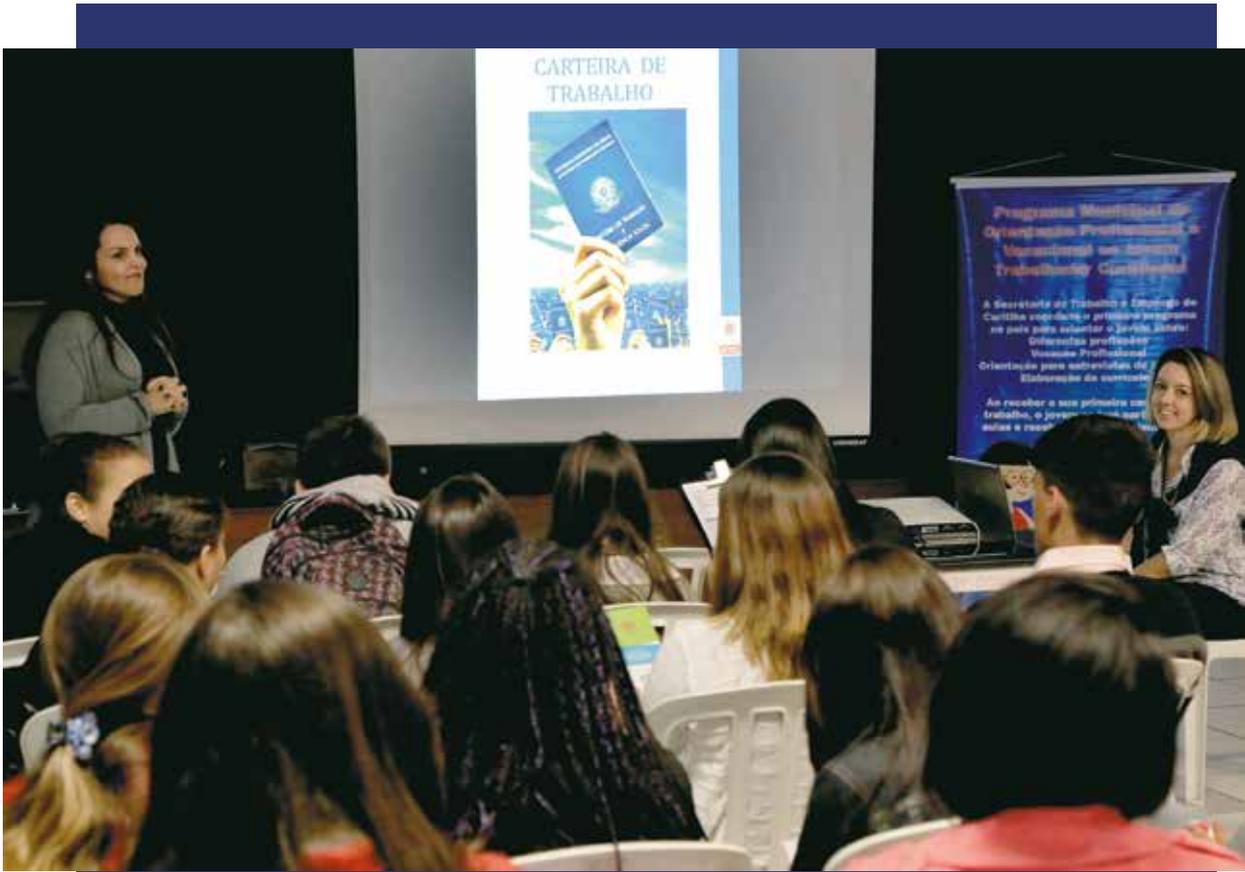
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. *Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014.

LAVINAS, Lena. Gasto social no Brasil: programas de transferência de renda versus investimento social. In *Revista Ciência e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Saúde Coletiva, vol. 12 nº 6, pp. 1463 – 1476, Nov./dez. 2007 (Disponível online em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1413-81232007000600009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1413-81232007000600009&script=sci_arttext) – acessado em 15.12.2015)

NOBRE, Miriam. Censo Agropecuário 2006 – Brasil: uma análise de gênero. In BUTTO, Andrea, DANTAS, Isolda, HORA, Karla. *As mulheres nas estatísticas agropecuárias: Experiências em países do sul*. Brasília: MDA, 2012.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira. “Sistema de indicadores de gênero: instrumento para conhecer e reconhecer a experiência das mulheres”. In: CARRASCO, Cristina. *Estatísticas sob Suspeita. Proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres*. São Paulo: SOF, 2012.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. *RASEAM – Relatório Anual Sócio Econômico da Mulher 2014*. Brasília: SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, março 2015.





THIAGO GOMES/VASCOM - SUSPIRE

## POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORTALECIMENTO DA AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES

As políticas públicas têm a capacidade de interferir nas desigualdades que existem entre mulheres e homens e entre a população negra ou branca em termos de acesso a emprego digno, condições de produção e comercialização, acesso à renda e redução da sobrecarga de trabalho. Há políticas de responsabilidade exclusiva do executivo federal, como as macroeconômicas, e outras desenvolvidas a partir do governo federal, mas de responsabilidade e execução compartilhadas com governos estaduais e municipais. Há também exemplos de políticas que são desenvolvidas localmente, por iniciativa dos municípios.

A economia feminista analisa as políticas macroeconômicas sobretudo a partir do impacto que causam na vida das mulheres e no aumento das desigualdades. Para além

do impacto, busca também compreender como a estrutura desigual de gênero e a invisibilidade dos nexos entre produção e reprodução são considerados no desenho mesmo destas políticas. Igualmente, desenvolve propostas alternativas de políticas públicas como os orçamentos sensíveis a gênero e os indicadores não androcêntricos, que consideram a experiência das mulheres para compreender a realidade econômica (ver detalhes no capítulo anterior).

No Brasil, há um conjunto de políticas públicas propostas pelo governo federal e executadas em articulação com os municípios que favorecem a autonomia econômica das mulheres. É o caso do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), vinculado ao Programa Brasil Sem Miséria, o Programa de

Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e as ações de fomento à economia solidária, que acontecem nos três níveis de governo. Detalharemos cada uma delas mais adiante.

### **POLÍTICAS MACROECONÔMICAS**

As políticas macroeconômicas envolvem políticas comerciais, cambiais, monetárias e fiscais. Elas são desenvolvidas em um terreno marcado pelas desigualdades e podem favorecê-las ou atenuá-las. Em quase todo o mundo, elas buscam criar um ambiente favorável a investimentos privados como, por exemplo, para o provimento de energia e água que asseguram o fluxo de matérias-primas e o escoamento da produção.

Políticas que estimulam a construção de grandes obras, como barragens e estradas, têm muitos impactos na vida das mulheres. A chegada de um grande contingente de trabalhadores, em sua maioria homens, modifica a dinâmica da comunidade sendo freqüentes os relatos de aumento de gravidez precoce, prostituição e violência contra as mulheres. Nesses casos, essas políticas de investimentos deveriam lidar também com essa realidade e, necessariamente, buscar formas para atuar preventivamente para promover a autonomia das mulheres. Por exemplo, aumentando a infra-estrutura de serviços públicos, o provimento de empregos remunerados também para mulheres e realizando campanhas educativas junto à população, entre outros.

Já as políticas monetárias são capazes de contrair ou expandir a atividade econômica. Por exemplo, a manutenção de taxas de juros mais altas retira dinheiro do mercado que seria usado tanto no investimento como no consumo. As taxas de juros são utilizadas para controlar a inflação já que, quando há mais dinheiro circulando para o consumo do que produtos disponíveis, estes têm seus preços elevados. No entanto, elas terminam por contrair o mercado: recursos que

poderiam ser utilizados em investimentos ficam parados no banco com a expectativa de remuneração contínua e crescente.

O porém é que tal aumento não necessariamente acontece na economia real. Como as taxas de juro aumentam, aumenta a remuneração que deve ser paga pelo Estado aos títulos de dívida pública que emite. O Estado fica mais endividado e, muitas vezes, corta gastos públicos ou diminui o ritmo de investimentos. Isto para manter a relação dívida pública/PIB (Produto Interno Bruto), que é utilizada por agências avaliadoras de riscos como se fosse um sinal de que a economia estaria saudável.

Porém, "A pressão por uma estrita disciplina fiscal pode implicar ajustes com consequências negativas para as mulheres. A evidência demonstra que a redução do gasto em áreas sociais, a privatização dos serviços públicos e a diminuição de serviços de apoio a setores produtivos e à agricultura têm um impacto específico sobre os setores mais vulneráveis e particularmente sobre as mulheres pobres." (Enriquez, 2012, p. 154)

### **ORÇAMENTOS SENSÍVEIS A GÊNERO**

A partir dos anos 1990, várias experiências foram realizadas, com metodologias diversas de análise feminista do orçamento público, processo conhecido como "Orçamentos públicos sensíveis ao gênero".

Além de análise, esta é uma forma de atuação política que tem por objetivo transformar a natureza e a orientação dos orçamentos, das políticas e dos programas que os sustentam, de forma a contribuir para mudar a realidade e construir igualdade. É um processo que envolve o acompanhamento do ciclo de planejamento e execução orçamentária, o monitoramento e a avaliação de impactos.

Seguir o percurso do dinheiro contribui para revelar seu impacto na vida de homens e mulheres. Mas serve, também, para revelar o sentido, estruturas e tensões do sistema econômico como um todo. Ou seja: de onde

vem o dinheiro arrecadado pelo Estado? Quem paga mais impostos – as empresas ou as pessoas físicas, os ricos ou os pobres? Para onde vai o dinheiro público? Que setores da economia ele beneficia?

Os orçamentos sensíveis ao gênero perseguem o objetivo de analisar o orçamento como um todo, inclusive as políticas e ações consideradas universais. Isso porque não são apenas as políticas explicitamente direcionadas para as mulheres que incidem na desigualdade de

gênero, seja para superar tal desigualdade, ou para reproduzi-la. As políticas de emprego, de valorização do salário mínimo, de habitação ou distribuição de renda são exemplares neste sentido, pois impactam diretamente na autonomia econômica das mulheres.

No Brasil, entre 2008 e 2010 foi realizada uma experiência que desenvolveu uma perspectiva de gênero no orçamento para a habitação e envolveu o Fórum Estadual de Reforma Urbana e o Fórum de Mulheres de Pernambuco em um processo amplo que

## VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO PARA DIMINUIR DESIGUALDADES

*Em 2003, a Marcha Mundial das Mulheres no Brasil desenvolveu a Campanha pela valorização do salário mínimo, com o objetivo de distribuir renda, combater a pobreza e as desigualdades salariais entre homens e mulheres, brancas e negras. A campanha propunha dobrar o valor do salário mínimo em quatro anos promovendo a cada ano o reajuste integral da inflação mais aumento real de 19%. A referência era chegar a 60% do PIB – Produto Interno Bruto - dividido pelo número de pessoas acima de 14 anos que trabalham com remuneração. A proposta era buscar outras referências de cálculo que não partissem do princípio de família “pai provedor-mãe dona de casa”. Outro exemplo é o grupo Au bas de l'échelle do Québec, Canadá, que utiliza em sua reivindicação o rendimento base para uma pessoa calculado pela Estatística do Canadá. (Au bas de l'échelle, 2006, p.57)*

*Essa campanha contribuiu para recolocar o tema do salário mínimo na agenda de outros movimentos sociais, como o Movimento de Trabalhadores/as Rurais Sem-Terra e da economia solidária, mas também do movimento sindical que há muitos anos não realizava processos de negociação mais incisivos com o governo federal. No ano seguinte, em 2004, as centrais sindicais lançaram uma campanha unitária pela valorização do salário mínimo.*

*Além de aumentos concretos, a mobilização dos movimentos sociais resultou em uma política permanente de valorização do salário mínimo até 2023, formalizada em 2007 por meio de lei. Essa política tem como critérios o repasse da inflação do período entre as correções para o salário mínimo e a incorporação de um aumento real pela variação do Produto Interno Bruto (PIB).*

*O aumento nominal do salário mínimo foi de 340% entre os anos de 2002 (em que estava a 200 reais) e janeiro de 2016 (em que foi reajustado para 880 reais). Descontando-se a inflação, o aumento real nesse mesmo período foi de 77,18% (DIEESE, 2015, p. 4). A partir de 2010, fixou-se o 1º de janeiro como data-base de revisão do salário, isto é, em que passa a vigorar o valor reajustado.*

*A política permanente de valorização do salário mínimo é relevante para as mulheres pois elas estão sobre-representadas nos serviços domésticos e em outras categorias com menor capacidade de negociação coletiva de seus rendimentos. Essa política implicou também aumento do rendimento das trabalhadoras aposentadas já que a maioria delas recebe o piso mínimo.*

*O salário mínimo funciona como uma referência para as remunerações no mercado informal e para estimativa de ganhos para os não-assalariados. Nos empreendimentos de economia solidária, por exemplo, o cálculo do preço e da quantidade a ser vendida considera os custos de produção e a remuneração das trabalhadoras, tendo como horizonte um salário mínimo. O salário mínimo é também uma política de desenvolvimento econômico voltado para o consumo popular e local, tendo impacto nos rendimentos de produtores e comerciantes locais.*

*Apesar de seu impacto, essa política começa a ser corroída pela estagnação do PIB, base de sua correção. O valor atual do salário mínimo ainda está bem distante do referencial proposto pela campanha da Marcha Mundial das Mulheres que, considerando os valores de 2014, equivaleria a R\$ 2.892,87. Outra referência é o salário mínimo necessário calculado pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Ele é estimado mensalmente considerando as necessidades de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte de uma família composta por dois adultos e duas crianças. Em janeiro de 2015, esse valor seria de R\$ 3.118,62.*

*A mobilização social pelo aumento do salário mínimo continua necessária, ainda mais em um contexto de desaceleração econômica e de um novo avanço de lógicas econômicas fundadas em uma visão liberal. É o que se vê, por exemplo, na entrevista concedida em novembro de 2015 pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e bastante repercutida na mídia, em que ele afirma que a política de valorização do salário mínimo deveria ser revista tomando como base o argumento liberal de que os ganhos salariais devem corresponder a ganhos de produtividade (e não a outros elementos, como a garantia de necessidades vitais das e dos trabalhadores).*

passou pela compreensão do orçamento por parte do movimento, pelo desenvolvimento de uma metodologia adequada para o acompanhamento das ações governamentais previstas para a área e a incidência política em todo o ciclo orçamentário (Jácome, 2011).

## **EXPERIÊNCIAS DE POLÍTICAS QUE FAVORECEM A AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES**

### **INCLUSÃO PRODUTIVA URBANA NO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA**

O Plano Brasil sem Miséria foi criado para superar a extrema pobreza no país, sempre tendo em vista que a pobreza não se resume a uma questão de renda. Ele se organiza em torno a três eixos:

- garantia de renda, para alívio imediato da situação de pobreza;

- acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias;

- inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e da cidade.

A componente de inclusão produtiva urbana do programa parte da constatação de que 75,4% de seus beneficiários trabalham, sobretudo em empregos informais e por conta própria, em condições de precariedade, baixa produtividade e renda inconstante. A renda que recebem do Bolsa Família lhes garante uma estabilidade mínima que lhes permite se organizar e projetar melhorias.

As ações de inclusão produtiva urbana se dão principalmente em três formas: acesso a empregos, estímulo ao empreendedorismo individual e à organização em

empreendimentos de economia solidária.

Para ampliar o acesso ao emprego, atua pela qualificação profissional e intermediação de mão-de-obra para inserção no mercado de trabalho formal, de maneira integrada às ações do SINE - Sistema Nacional de Emprego. Já o empreendedorismo individual é qualificado pelo estímulo da formalização dos trabalhadores autônomos como microempresas individuais (MEI) e a oferta de assistência técnica e microcrédito produtivo orientado. Favorece a economia solidária pela mobilização e incubação de empreendimentos autogestionários, o apoio à comercialização de seus produtos e serviços e a assistência com finanças solidárias – como, por exemplo, as iniciativas de criação de fundos rotativos ou empréstimos sem juros ou a juros muito baixos feitas entre integrantes de uma cooperativa.

### **PRONATEC**

Um componente importante na qualificação das trabalhadoras é o acesso aos cursos gratuitos de qualificação profissional do Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Os cursos têm duração mínima de 160 horas e foram desenhados com base em avaliações de processos anteriores. São mais de 600 opções de cursos, organizados no Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), em diversas áreas, como construção civil, serviços, hotelaria, comércio, bares e restaurantes, além de cursos para formar cuidador de idoso, operador de computador, eletricitista, auxiliar administrativo, entre outros. Há vagas para pessoas com diversos níveis de escolaridade, desde quem tem letramento inicial, até alunos com ensino médio completo, a depender do curso. Os cursos estão disponíveis para pessoas a partir de 15 anos de idade inscritas ou em processo de inclusão no Cadastro Único, com prioridade para os beneficiários do Programa Bolsa

Família e para quem recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Municípios de qualquer porte populacional podem aderir, a qualquer tempo e sem a necessidade de celebração de convênio com a União ou de pagamento de contrapartida por parte do poder público municipal.

Para assegurar a participação e a permanência das e dos alunos, são desenvolvidas estratégias de mobilização, acolhimento e flexibilidade de horários. As prefeituras atuam na análise da demanda local do mercado de trabalho, que se desdobra em propostas de cursos. Mobiliza as participantes por meio de busca ativa: telefonemas e visitas, realizadas pelos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e ACESSUAS (Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho). Estas ações podem implicar o repasse de recursos aos municípios para estruturar esse atendimento.

Desde seu lançamento até 2014, houve 1,73 milhões de matrículas no Pronatec de pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) do governo federal<sup>1</sup>. As mulheres respondem por 66% das matrículas e negras e negros respondem por 53% das matrículas (Müller e outros, 2015, p. 58 e 61). As e os participantes recebem apoio para transporte e lanche.

A atribuição fundamental dos municípios é o acompanhamento das alunas e alunos. Já se evidenciou que um dos motivos de desistência é a necessidade de cuidar de filhos pequenos ou pessoas doentes na família. Nesse sentido, a integração com a rede de creches e de atendimento em saúde é de suma importância.

Há ações do Pronatec voltadas para públicos específicos. Uma é o Projeto Vira Vida, que tem como foco adolescentes e

1. São passíveis de cadastro pessoas cuja renda familiar per capita mensal é de até meio salário mínimo ou cuja renda familiar mensal total não passa de três salários mínimos.

jovens de 16 a 21 anos que vivenciaram situações de abuso e/ou exploração sexual, sendo a maioria meninas. Já o Programa Mulheres Mil tem como foco mulheres com baixa escolaridade, que vivenciam situações de vulnerabilidade e violência. Em ambos os programas, há um cuidado metodológico que visa à reconstrução da auto-estima, o resgate da experiência e o acolhimento. Espera-se que as participantes do Mulheres Mil se organizem em grupos produtivos que favoreçam a autonomia econômica e pessoal.

Os municípios podem atuar quebrando as barreiras da segregação ocupacional abrindo a possibilidade para mulheres e homens de terem ocupações não tradicionalmente atribuídas a seu gênero. O acompanhamento durante o curso permite, em conjunto com o público, encontrar soluções para as barreiras vivenciadas como, por exemplo, situações de assédio.

Após o curso, o monitoramento das trajetórias profissionais das participantes contribui para evitar discriminações típicas do mercado de trabalho. Por exemplo, incentiva as mulheres a não desistirem, a exigirem melhor remuneração por terem se qualificado ou a que não aceitem trabalhos onde o conteúdo aprendido não seja utilizado. Essa ação tem o objetivo de lidar com o fenômeno da sobre-escolarização das mulheres. Ou seja, se comparadas com os homens, as mulheres tendem a não ter o mesmo retorno em termos de remuneração aos seus esforços de estudo e qualificação.

Outra orientação é de que a metodologia e o acolhimento realizados nas atividades continuem para além do término dos cursos, em grupos de apoio nos CRAS e CREAS que podem continuar a existir. Isto porque no momento em que as meninas e mulheres se integram ao mercado de trabalho ou em outras iniciativas econômicas, não é raro enfrentar ambientes competitivos e hostis, que as levam a vivenciar sentimentos de

inferioridade ou situações de assédio moral que terminam por fragilizá-las ainda mais.

### **PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição, tais como restaurantes populares e bancos de alimentos. O PAA é desenvolvido em cinco modalidades diferentes: Doação Simultânea, Compra Direta, Formação de Estoques, PAA Leite, Compra Institucional e Aquisição de Sementes.

O PAA Doação Simultânea tem nos municípios e consórcios públicos suas unidades executoras. Os municípios assinam um termo de adesão com a União, pactuam valores e metas com o Ministério de Desenvolvimento Social em planos operacionais anuais e acompanham os desembolsos trimestrais<sup>2</sup>. Os municípios identificam entidades da rede socioassistencial aptas a receber os alimentos, bem como agricultores familiares, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais aptos a fornecê-los e com eles estabelecem uma pactuação local. Além das unidades familiares, o PAA adquire produtos de cooperativas da agricultura familiar. O município organiza o recebimento em centrais fixas ou postos volantes e posterior distribuição. O Programa prevê o apoio financeiro aos executores, ou seja, municípios e consórcios, contribuindo com as despesas relativas à sua operação.

A comercialização da agricultura familiar e de comunidades tradicionais também se

2. Para ver passo a passo da adesão dos municípios ao PAA: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/aquisicao-de-alimentos/distribuicao-de-alimentos-a-grupos-especificos/distribuicao-de-alimentos-a-grupos-especifico> consultado em 10 de agosto de 2015.

fortaleceu com a obrigatoriedade de que, no mínimo, 30% dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) seja utilizada para aquisição destes fornecedores. As prefeituras realizam chamadas públicas para aquisição destes produtos, que em geral são destinadas a cooperativas pois estas têm maior capacidade de responder às quantidades e à regularidade que a alimentação escolar exige.

O PAA, e posteriormente o PNAE, vem tendo impacto significativo para a melhoria de rendimentos das famílias de agricultores. Porém, nem sempre as mulheres se beneficiam em igualdade de condições dos rendimentos provenientes do trabalho de toda família. Muitas vezes elas preferem realizar atividades de forma autônoma, sozinhas ou em grupos produtivos, fornecendo hortaliças e frutas, mas também produtos processados como pães, geléias e doces.

Nesse caso, elas enfrentam dois entraves. O primeiro é que o fornecimento para estes programas tem um limite por família, que no caso da modalidade doação simultânea costuma ser atingido. Esta modalidade é onde as mulheres atuam com mais desenvoltura porque permite a entrega de pequenas quantidades e produtos variados, o que é adequado às condições de produção das quais as mulheres dispõem. Neste caso, a assistência do município pode ser de apoio ao grupo produtivo a se formalizar em uma cooperativa e assim ter autonomia na gestão do processo e um limite de venda próprio.

A Marcha das Margaridas de 2011, mobilização que reuniu cerca de 70 mil trabalhadoras rurais em Brasília, teve como um de seus resultados a meta de 5% do orçamento do PAA para a compra de organizações compostas por mulheres ou organizações mistas que tenham no mínimo 70% de mulheres. Ampliar o número de organizações formais de mulheres que participam do processo contribui para que esta meta se torne realidade.

Outro entrave que as produtoras encontram é o registro sanitário de produtos beneficiados. A Resolução de Diretoria Colegiada RDC nº 49 da ANVISA (Agência Nacional da Vigilância Sanitária) adequa os procedimentos exigidos para a realidade do microempreendedor individual, empreendimento familiar rural e empreendimento econômico solidário, sem comprometer a saúde da população. A cozinha foi aceita como local de produção. Alguns produtos como pães e biscoitos podem ser regularizados mediante apresentação da DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf – documento que comprova a condição de agricultor familiar) ou DAP Jurídica a órgãos locais da ANVISA. Geléias e doces demandam acompanhamento técnico que pode ser feito por profissionais da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) ou voluntários das áreas de veterinária, agronomia, entre outras. (ANVISA, 2014, p. 16, 19, 20)

As mulheres rurais encontram no PAA e no PNAE um enorme potencial para sua autonomia econômica com a criação de uma demanda sustentada, isto é, um canal permanente de venda de seus produtos. Junto com as urbanas, também se beneficiam pela qualidade dos alimentos que são utilizados em restaurantes populares, cozinhas comunitárias e equipamentos de apoio à reprodução social que lhes permitem compartilhar a responsabilidade por sua alimentação e de sua família. Já existem cerca de 90 restaurantes populares que foram implementados com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), dois deles em Teresina, no Piauí.

Muitas vezes, as possibilidades abertas pela comercialização colocam para as agricultoras a necessidade de um acompanhamento técnico. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) realiza chamadas públicas para Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para mulheres com base agroecológica e ATER Agroecologia

com um público de no mínimo 50% de mulheres e com a utilização de 30% do orçamento em atividades específicas para as mulheres. Governos estaduais podem contar com uma rede de ATER e muitas vezes o fazem em convênio com municípios. O importante é sensibilizar estes técnicos e técnicas para que trabalhem com as mulheres, fortaleçam as atividades que elas já realizam, como a produção para o auto-consumo e lhes proporcione a possibilidade de expandir, sobretudo para a comercialização.

### **PROGRAMA PRÓ-EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA: MUDAR PARADIGMAS NO INTERIOR DAS EMPRESAS.**

Uma das políticas de autonomia econômica desenvolvidas pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) é o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, que busca alterar as relações no mercado de trabalho promovendo a igualdade de gênero e raça na dinâmica institucional de empresas de médio e grande porte, públicas ou privadas.

A proposta é que as empresas participantes do Programa incentivem a atuação das mulheres em espaços não tradicionais, ajudando a romper com a divisão sexual do trabalho que limita as mulheres às profissões de menor visibilidade social e valor econômico. Assim, as organizações participantes do Programa também avançam no debate sobre o uso do tempo e a divisão igualitária das responsabilidades domésticas e familiares entre mulheres e homens.

Ao participar do Programa, as empresas elaboram um diagnóstico com dados sobre o corpo funcional da sua organização, com recorte de sexo, raça, faixa etária, escolaridade e estado civil. Além disso, esse diagnóstico também fornece informações sobre os processos de recrutamento e seleção, ascensão funcional e políticas de benefícios da organização. A elaboração

desse diagnóstico é indispensável para a formulação do Plano de Ação que a empresa desenvolve no âmbito do Programa. As ações planejadas pela empresa correspondem a oito dimensões estabelecidas pelo Programa, que incidem sobre a inserção, remuneração, ascensão e permanência das mulheres no trabalho, passando por questões específicas como políticas de benefícios e mecanismos de combate às discriminações.

A partir das dimensões definidas pelo Programa, a empresa adota medidas estruturantes que incentivam a entrada e participação das mulheres na organização, além de implementar ações especificamente voltadas para o fortalecimento das mulheres negras.

Com dez anos de existência, o Programa reúne um repertório diverso de práticas de igualdade adotadas pelas organizações participantes. Entre elas, é possível destacar: a adoção da linguagem inclusiva nos documentos das empresas, a criação de mecanismos não discriminatórios para ascensão profissional, a realização de campanhas para autodeclaração étnico-racial e a disseminação da cultura de equidade de gênero e raça para as empresas da cadeia de relacionamento.

A fim de incentivar maior participação das mulheres nos cargos tradicionalmente ocupados por homens, algumas organizações fizeram a adequação de uniformes e equipamentos de segurança e promoveram a entrada de mulheres nas áreas tecnológicas. Outras ações também incidem na divisão sexual do trabalho, como as campanhas educativas de corresponsabilização de mulheres e homens com os cuidados domésticos e familiares e a ampliação da licença paternidade.

Os principais resultados do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça surgem a partir das ações voltadas para a estrutura organizacional das empresas, que permitem a criação e consolidação de procedimentos específicos para a inserção, remuneração,

ascensão e permanência de mulheres na organização. A promoção da igualdade de gênero e raça por meio das políticas de recrutamento e seleção, de ascensão funcional, de benefícios e dos mecanismos de combate às discriminações possibilitam mudanças permanentes na cultura organizacional e nas relações de trabalho dentro da empresa.

Ao participar do Programa, a organização destaca seu compromisso com o avanço da justiça social e da igualdade de gênero e raça, aproveitando os novos segmentos de consumidoras e consumidores preocupados com bens e serviços produzidos sob a perspectiva da sustentabilidade.

Criado em 2005 pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça conta com a parceria da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, ONU Mulheres e Organização Internacional do Trabalho – OIT. Para seu monitoramento e avaliação, o Programa conta com o apoio do Comitê Ad Hoc, composto por professoras de núcleos de pesquisa de gênero de Universidades de todas as regiões do país.

O Pró-Equidade de Gênero e Raça envolve, hoje, cerca de 1 milhão de trabalhadoras e trabalhadores em suas ações. Ao longo desses 10 anos de existência, as empresas participantes ampliaram seu compromisso com a igualdade de gênero e raça, proporcionando às mulheres diversas melhorias nas condições de trabalho, e o Programa acumulou experiências exitosas, se consolidando como um exemplo no Brasil e servindo de inspiração para outros países.

#### **AÇÃO DE PREFEITURAS E CONSÓRCIOS EM TORNO À AUTONOMIA DAS MULHERES**

Vários municípios contam com uma secretaria ou pelo menos um quadro técnico com a responsabilidade pelo desenvolvimento econômico e trabalho. Em geral, suas ações visam a intermediação

de mão de obra, cursos de qualificação profissional e em alguns casos o apoio à economia solidária. Osasco, Contagem, São Carlos, Montes Claros, são exemplos de municípios que desenvolveram políticas de apoio. (Praxedes, 2009, p. 58) Podem ser Centros que funcionam como referência para o acolhimento de interessadas e atividades de formação até incubadoras, espaços que contam com os equipamentos e serviços necessários para o desenvolvimento de uma atividade econômica. As interessadas participam de um curso de qualificação profissional e a partir daí tanto podem encontrar um emprego remunerado ou seguir participando de uma cooperativa.

Os municípios apoiam com a isenção de IPTU, com financiamentos alternativos como fundos rotativos ou fomento, com acompanhamento técnico e de gestão, com o apoio à comercialização, entre outros temas. Neste caso, o apoio pode se materializar com a cessão de um espaço fixo para o funcionamento da cooperativa, pela organização de feiras, intermediação de clientes ou compras públicas. Um exemplo é a experiência da rede de alimentação de Osasco, formada após a passagem da ação 2010 da Marcha Mundial das Mulheres. A Prefeitura Municipal atuou para organizar vários grupos de mulheres de preparo de refeições de modo a responder o desafio de produzir 3.000 refeições e distribuí-las em curto espaço de tempo. A cooperativa de costura Univens, de Porto Alegre (no Rio Grande do Sul), se fortaleceu tanto por responder a encomendas de bolsas para os eventos do Fórum Social Mundial, quanto por fornecer uniformes para hospitais públicos.

As mulheres são muito presentes e ativas nos grupos de economia solidária. Ainda assim é importante na atuação do município zelar para que não se reproduzam situações de desigualdade. Por exemplo, é comum encontrar situações em que o único homem do grupo torna-se seu representante na relação com o poder público. Ou recriarem-

se situações de divisão sexual do trabalho, onde além de que se separam atividades para grupos de mulheres e homens, aquelas realizadas pelas mulheres são menos valorizadas, menos consideradas no aprimoramento técnico e, às vezes, até menos remuneradas. Também é importante o olhar sobre públicos específicos, por exemplo, mulheres que vivenciaram situações de violência doméstica, mulheres que têm a seu cargo pessoas idosas ou doentes crônicos, mulheres com sofrimento mental (muitas vezes decorrentes de situações de vida duramente marcadas pela opressão de gênero).

Nesses casos, o cuidado na metodologia é ainda mais necessário atentando-se para o fato de que a motivação das mulheres pode ser mais complexa do que o êxito financeiro. Na verdade, a maioria das mulheres quando busca integrar-se na economia solidária gostaria de combinar o rendimento monetário com condições de trabalho que valorizam seu conhecimento, que favorecem o intercâmbio, que respeitem seu tempo. Justamente por isso, essas iniciativas trazem a semente de formas novas de organização da economia e de respostas às necessidades básicas que se aproximam de uma vida que vale a pena ser vivida.

## PARA LER MAIS

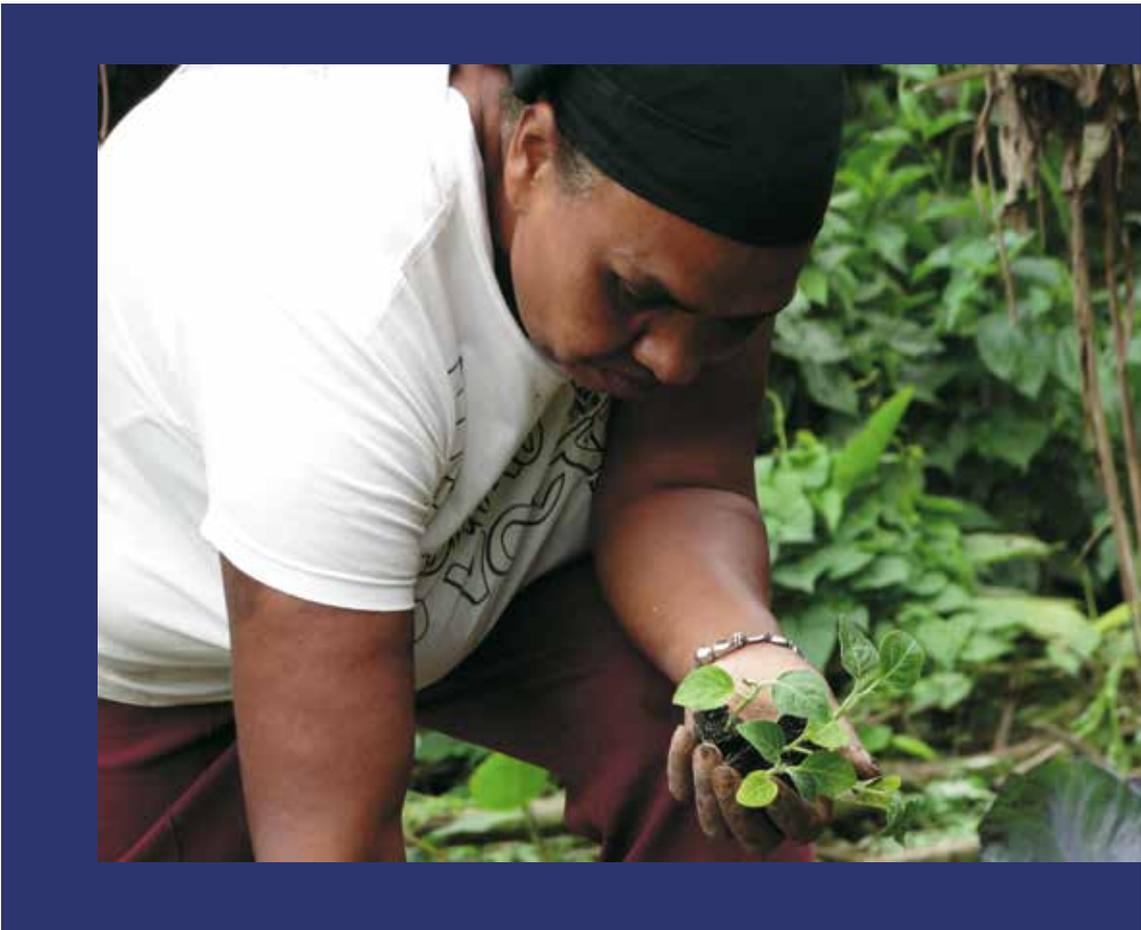
SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES SPM. *Relatório de gestão 2011-2014*. Brasília: 2015 (mimeo).

SOARES, Vera. "Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes". In: GODINHO, Tatau e SILVEIRA, Maria Lúcia. *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Prefeitura Municipal. Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, pp 113-126.

LUCIANO PONTES/SECOM



LUCIANO PONTES/SECOM



VIVIAN FRANCO



NASA



IMPrensa VOLKSWAGEN

## CONTEXTO EM QUE SE INSERE O TRABALHO DAS MULHERES: GLOBALIZAÇÃO E CRISE

Desde que os portugueses chegaram ao Brasil, nosso país entrou em um circuito internacional de exportação de matérias primas (os ciclos do pau-brasil, cana-de-açúcar, ouro, café), de importação de produtos manufaturados (como roupas, alimentos, calçados e outros objetos de uso cotidiano) e de trabalhadores (pessoas escravizadas vindas da África e imigrantes europeus e japoneses).

Ao longo da história, muitas vezes a internacionalização da economia teve impactos mais contundentes em nosso país. A crise da bolsa de Nova York em 1929 fez baixar o preço do café no Brasil e os grandes produtores queimaram toneladas da produção para elevar os preços. As duas guerras mundiais também mobilizaram centenas de pessoas e recursos de muitos países.

### NEOLIBERALISMO

*Doutrina predominante no mundo de hoje, aplicada com mais força a partir dos anos 80, defende o livre comércio e a restrição da intervenção do Estado em todos os domínios da sociedade. Se realiza na prática em medidas como a privatização de empresas e a redução do investimento social em educação, saúde, acesso à terra, alimentação, moradia adequada e meio ambiente.*

*Também busca eliminar tudo o que é considerado como um obstáculo ao mercado - como as leis trabalhistas, impostos e a definição de preços mínimos e máximos.*

*Ao transformar tudo em mercadoria, o neoliberalismo resulta no aumento da desigualdade social e da pobreza.*

Porém, é comum chamarmos de “globalização” um período mais recente da história, que se situa no final do século 20, principalmente a partir de 1980. Essa fase da globalização, que definimos como de corte neoliberal, se caracteriza pela mobilidade dos capitais entre os países. Assim, observa-se uma intensificação da abertura de plantas ou unidades de empresas transnacionais em países localizados nos hemisférios sul e do leste Europeu, escolhidos por aquelas principalmente por ofertarem trabalhadores locais com salários inferiores e com menos direitos conquistados do que aqueles dos países-sede da matriz.

Em alguns casos, o grau de exploração empregado por essas empresas multinacionais nos países em que se instalam é tão grande que elas ficam conhecidas como usinas de suor (*sweatshops*). Na América Latina elas ficaram conhecidas como *maquilladoras*, de maquiadoras, ou seja, nelas se juntavam partes dos produtos, como eletrodomésticos ou carros, que vinham do país-sede, sem implicar nenhum desenvolvimento ou aprendizado tecnológico para o país que recebia a montadora.

Além de obterem isenções de impostos, essas empresas ainda se beneficiam com a exploração do trabalho e o meio ambiente. Porém, para que elas atuassem dessa forma, era preciso que os países que as recebessem não criassem nenhuma regra de proteção à indústria local ou eliminassem as poucas regras já existentes.

Esses dois processos – de mudança de país-sede e de promoção de alterações nas regras de proteção à economia local – são chamados, respectivamente, deslocalização ou externalização e desregulamentação.

Ao mesmo tempo, foram sendo criadas também regras de comércio mundial que obrigam os países – sobretudo os menos desenvolvidos – a abrir seus mercados especialmente para produtos industrializados vindos dos países mais ricos do hemisfério norte. Já o inverso não acontece: os produtos

agrícolas e minerais, que são os principais exportados pelos países do sul e do leste, têm uma série de restrições para entrar nos países mais ricos.

Esse processo comercial foi muito rápido e teve um grande impacto nas economias locais. Os produtos chineses, por exemplo, chegaram aqui no Brasil com preços inferiores aos nacionais o que levou ao fechamento de muitas confecções e tecelagens.

### **GLOBALIZAÇÃO E TRABALHO REMUNERADO DAS MULHERES**

A intensificação do comércio mundial com regras que dão mais poder às instituições multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), do que aos governos dos Estados nacionais teve grande impacto na participação das mulheres no mercado de trabalho remunerado. Nesse mesmo período de globalização, em quase todas as partes do mundo, as mulheres viram sua participação no mercado de trabalho aumentar e tiveram mais acesso a trabalhos remunerados.

Trata-se de um processo contraditório: ao mesmo tempo em que a globalização levou mais mulheres a conquistarem maior autonomia econômica frente a seus pais e maridos, a realização do trabalho nesse cenário é feita em condições de intensa exploração, com salários mais baixos e sem direitos. As empresas transnacionais se aproveitam de forma intensa das qualificações decorrentes da socialização de gênero das mulheres, como a coordenação motora fina, a costura, a paciência e a capacidade de escuta, que é essencial para as trabalhadoras do telemarketing. Situações de tensão, assédio e humilhações no trabalho são frequentes.

Um exemplo do grau de precariedade em que as mulheres trabalham foi o desmoronamento do edifício Rana Plaza, em Bangladesh, em abril de 2013. Nesse edifício funcionavam diversas oficinas de costura que produziam para empresas como Benetton e Wall Mart. A queda do edifício causou a morte de mais 1.000 pessoas que ali trabalhavam, a maioria mulheres.

A globalização neoliberal se caracteriza também pelo intenso fluxo de pessoas entre países, muitas delas obrigadas a sair de suas casas em razão de conflitos armados, perseguições políticas ou pela absoluta falta de possibilidades econômicas. Porém, enquanto os Estados nacionais são impedidos de restringir a circulação de capitais e empresas graças às regras da OMC, a circulação de pessoas é fortemente controlada e limitada. Dessa maneira, trabalhadoras e trabalhadores migrantes que buscam seu sustento e o de suas famílias pelo envio de dinheiro a seus países de origem, ao não terem documentos, se sujeitam a formas de trabalho precário, muitas vezes próximas da escravidão.

#### **GLOBALIZAÇÃO E CADEIA INTERNACIONAL DO CUIDADO**

A migração de mulheres dos países do sul e do leste para o norte veio a responder ao que economistas feministas, como Amaia Orozco (2012), chamam de crise dos cuidados. A expectativa de vida tem aumentado em todo mundo e, em muitos casos, isso tem significado prolongar o tempo em que necessitamos de cuidados sem que se tenha debatido como a sociedade e o Estado compartilhem esta responsabilidade. O cuidado continua como um problema que é resolvido pelas mulheres no interior das famílias. Outro aspecto dessa crise é que o cuidado das crianças, que nem estava totalmente assumido pelo Estado, fica ainda mais comprometido quando são cortados gastos e privatizados serviços públicos de saúde e educação.

Nesse cenário, surgiu uma cadeia internacional de cuidados, na qual mulheres migrantes assumem o cuidado dos filhos, parentes idosos, doentes crônicos e mesmo da casa das famílias dos países do norte. Nesse mercado de cuidados, marcado sobretudo pelo gênero, mas também pela raça e pela etnia, são sobretudo mulheres asiáticas e latinas que têm suas habilidades

consideradas como atributos “naturais” e, portanto, não valorizados.

A cadeia internacional do cuidado é também reflexo do crescimento da diferenciação entre mulheres, conhecida como bipolaridade. De um lado, amplia-se o número de mulheres com carreiras profissionais exitosas e mesmo detentoras de empresas. De outro, cresce o número de mulheres em trabalhos precários e em serviços de apoio à casa e ao cuidado de pessoas de todas as idades.

Em alguns países as remessas enviadas pelas migrantes chegaram a ter grande relevância na disponibilidade de divisas (dólares americanos e euros) do país. Na América Latina, em 2014 as remessas representaram 16,8% do PIB em El Salvador e 22,7% do PIB no Haiti<sup>1</sup>.

#### **CRISE OU ESTOURO FINANCEIRO**

A globalização neoliberal também é marcada pela desregulamentação do fluxo dos capitais financeiros. Imensas quantidades de dinheiro são criadas sem que haja uma real produção de riqueza. Tratam-se de informações no computador que circulam de um lado para outro buscando quem lhe paga maior remuneração na forma de juros. O capital financeiro se dirigiu quase que exclusivamente à especulação financeira, concentrando renda, poder e capacidade de definir as políticas macroeconômicas.

A financeirização da economia foi impondo seus ritmos e necessidades ao processo de valorização do capital. Ou seja, se você tem um capital e investe na criação de gado, sua remuneração na forma de juros deve ser proporcional ao aumento do rebanho, com o nascimento de novos animais ou a engorda dos que já existiam. Mas isso leva tempo. O que aconteceu é que o capital foi sendo remunerado mais rápido do que o aumento da riqueza real (bens produzidos).

Um exemplo são os fundos de pensão. As reformas nos sistemas de seguridade social

1. <http://datos.bancomundial.org/indicador/BX.TRF.PWKR.DT.GD.ZS>

retiraram seu caráter distributivo. Com isso, as gerações de trabalhadores atuais financiam a aposentadoria das gerações anteriores. Os trabalhadores quando se aposentam recebem o equivalente ao que cotizaram. Com a perspectiva de aposentadorias menores eles buscaram aposentadorias complementares cotizando para fundos de pensão. Estes fundos têm que buscar investimentos que tenham o retorno compatível com o prazo de contribuição e de recebimento em prestações continuadas durante muitos anos. O que os empurrou para investimentos duvidosos com taxas de remuneração altas e rápidas.

Esse mercado foi se tornando mais e mais fantasioso até 2007, com o choque de realidade das hipotecas nos Estados Unidos. O acesso a crédito barato era uma forma de manter o poder de compra dos trabalhadores sem lhes aumentar o salário. Assim as empresas ganhavam duas vezes, mantendo a venda de seus produtos e com os juros cobrados dos empréstimos que tinham como garantia os imóveis hipotecados com preços artificialmente inflados. A realidade foi dura sobretudo para as pessoas pobres, que buscaram nesta forma de empréstimo o acesso à casa própria ou a recursos para fazer frente a imprevistos, como problemas de saúde. As mulheres afro-americanas, por exemplo, eram a metade dos que acudiram a este crédito predatório apesar de serem 6% da população norte-americana (Gálvez, 2014, p. 203).

A crise das hipotecas fez o sistema financeiro mundial cair como um castelo de cartas. Economistas feministas preferem chamar o acontecido de um estouro financeiro (Orozco, 2014; Gálvez, 2014) por ter uma visão mais abrangente do que é crise. Crise é quando os processos de regeneração da vida se quebram ou estão em risco. Antes mesmo de 2007, vivíamos uma crise ecológica, evidenciada pelas mudanças climáticas, perda da biodiversidade e esgotamento de recursos naturais, entre outros aspectos. No sul global as políticas

neoliberais de viés neocolonialista provocaram duras crises na manutenção da vida. A crise dos cuidados, como descrita acima, tem um impacto diferente mas também está presente nos países do sul onde ainda há extensas redes familiares que absorvem a ausência dos homens, do mercado e do Estado.

No entanto, hoje nos Estados Unidos e na Europa, sobretudo nos países mais frágeis como Grécia, Espanha, Portugal, existe uma crise, que foi criada pela resposta dos governos e das instituições multilaterais ao estouro financeiro. Em um primeiro momento os governos nacionais realizaram políticas de incentivo a setores onde se concentram empregos masculinos (construção civil, indústria automobilística). Seguindo o modelo de família que o pai é provedor o desemprego masculino é mais levado em conta do que o feminino. Em seguida, os governos passaram às chamadas políticas de austeridade, que culpabilizam a sociedade e lhes entregam a conta a pagar.

A recuperação das taxas de lucro dos mercados financeiros se deu mediante ataques às condições de vida, à socialização para muitos dos riscos decorrentes de decisões de investimentos feitas por uns poucos, à privatização dos riscos dos processos de sustentabilidade da vida. São mais e mais pessoas com dificuldades para chegar ao fim do mês dando conta dos gastos de primeira necessidade e imprevistos, pessoas expulsas de suas casas, pessoas que pulam uma refeição ampliando situações de má nutrição. Por isto, a economista feminista Linda Galvéz (op. cit.), as chama de políticas austericidas.

Nesses países, as situações de precariedade na vida foram agravadas e afetam um número cada vez maior de pessoas. Diminuiu-se a distância entre precariedade e exclusão. Cada vez mais pessoas passam a viver no limite de não dispor dos meios necessários para toda vida. Ocorre uma hiper-segmentação social: certos grupos concentram riqueza, os demais vivem situações heterogêneas de precariedade e exclusão, o que dificulta a articulação de lutas comuns e a reação. (Orozco, 2014, p. 176)

### FAMÍLIAS E ESTRATÉGIAS FRENTE ÀS CRISES

As pessoas desenvolvem estratégias de sobrevivência, criam redes onde se compartilha tempo, dinheiro, casa, informação. A sobrevivência aqui é pensada num sentido amplo: como organizar a manutenção da vida com máximos níveis de bem-estar possíveis em condições adversas. Essas redes são sobretudo a família ampliada, que absorve o choque e a ausência de políticas públicas que revertam, ou mesmo amenizem, as desigualdades criadas pelo mercado. As mulheres, sobretudo elas, buscam alternativas no equilíbrio dos tempos, trabalhos e recursos, o que envolve a reacomodação de expectativas materiais e emocionais, novas combinações de trabalho remunerado e não remunerado, intensificação do trabalho não pago e redes de intercâmbio. Como diz a economista feminista Diane Elson, as decisões tomadas nos gabinetes transferem seus riscos para a cozinha. (Elson, 2002, p.5).

A questão é que, no momento em que a família torna-se fundamental para a sobrevivência das pessoas, voltam-se a impor regras heteropatriarcais. Os governos e a mídia chegam a enaltecer o papel das mulheres em casa, como forma de animar-lhes ao sacrifício de cuidar dos seus em condições tão adversas. Emergem soluções conservadoras que aumentam a responsabilização, e mesmo a culpabilização, das mulheres no âmbito da família. Aparecem com mais força discriminações contra lésbicas, gays e transexuais e um reforço à família tradicional. A isto se soma a xenofobia e o ataque contra populações migrantes, que por sua vez se

fecham em suas comunidades e reiventam lugares subalternos para as mulheres.

### GEOPOLÍTICA DA CRISE

Esta crise de reprodução social nos países do norte põe em cheque a ideia de desenvolvimento e a de que o sul global deveria seguir esse mesmo modelo já que está em vias de desenvolvimento. Países da América do Sul, desde o começo do século XXI, vêm buscando formas próprias de organizar suas economias e integrá-las com base em princípios de reciprocidade e solidariedade. Ainda assim, estão interligados ao mercado mundial, sobretudo pela exportação de commodities (grãos, minerais) e com mais ou menos força vêm sentindo os efeitos da crise que estourou nos Estados Unidos e na Europa.

No Brasil, o governo federal vem realizando desde 2003 uma política de reversão das desigualdades, com aumento sustentado do valor do salário mínimo e programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, que se complementou com uma série de outras ações no Programa Brasil Sem Miséria. Políticas macroeconômicas de sustentação do mercado interno atenuaram os impactos do estouro financeiro impedindo que se ampliasse uma crise de manutenção da vida. Ainda que permaneçam desigualdades, os dados apresentados ao longo desta publicação demonstram que elas se reduziram no Brasil. E mesmo que se observem flutuações a partir de 2013, estas não comprometeram a tendência de diminuição das desigualdades.

### PARA LER MAIS

HIRATA, Helena. "Globalização e divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparada". In: GUIMARÃES, Nadya; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi (Org.). *Trabalho flexível, empregos precários? Uma comparação Brasil, França, Japão*. São Paulo: Edusp, 2009. pp. 145-168.

OROZCO, Amaia Pérez. "Ameaça Tormenta: a crise dos cuidados e a reorganização do sistema econômico". In FARIA, Nalu; MORENO, Renata (Orgs.). *Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia*. São Paulo: SOF, 2012, pp. 51-93.



SHEILA SACORI

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS CITADAS

- ANVISA. Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária RDC 49/2013. Norma comentada. Brasília: ANVISA, 2014. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcmconnect/5aed88004673f947bdc2bd99223cd76e/RDC+comentada+49+de+2013+vers%C3%A3o+PDF.pdf?MOD=AJPERES> consultado em 10 de agosto de 2015
- AU BAS DE L'ÉCHELLE. Le salaire minimum, la pauvreté et l'emploi : des arguments en faveur d'une hausse substantielle du salaire minimum. Montréal : Au bas de l'échelle, 2006
- BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. *Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014.
- BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, ONU Mulheres, SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. *Retratos das desigualdades de gênero e raça*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acesso em: maio/2015.
- CARRASCO, Cristina. "La economía feminista: ruptura teórica y propuesta política". In: *Con voz propia. La economía feminista como apuesta teórica y política*. Madrid: La Oveja Roja, pp. 25-48, 2014.
- CARRASCO, Cristina. *Estatísticas sob Suspeita. Proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres*. São Paulo: SOF, 2012.
- CLAIR, Isabelle. *Sociologie du Genre*. Paris: Armand Colin Ed, 2012.
- DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na Reforma Agrária brasileira. In *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC vol 12 nº 1, pp 175-204, jan. abr. 2004.
- DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias da). In HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÈ, Hélène ; SENOTIER, Danièle (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo : UNESP, pp. 173-178, 2009.
- DIEESE Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Política de Valorização do Salário Mínimo: valor para 2016 é fixado em R\$ 880,00. *Nota Técnica*, São Paulo, n. 153, dezembro de 2015, atualizado em janeiro de 2016. 12 p. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2015/notaTec153SalarioMinimo2016.pdf>, consultado em 17 de janeiro de 2016
- ELSON, Diane. *International financial architecture: a view from the kitchen*. <http://www.cepal.org/mujer/curso/elson1.pdf> consultado em 16 de agosto de 2015. Berlim: Política Femina, pp. 2-21, 2002.
- ENRÍQUEZ, Corina Rodríguez. Análise econômica para a igualdade: as contribuições da economia feminista. In JÁCOME, Márcia Laranjeira e VILLELA, Shirley (org.). *Orçamentos sensíveis a gênero: Conceitos*. Brasília: ONU Mulheres, pp. 133 -158, 2012.
- GÁLVEZ, Lina Muñoz. Mujeres y crisis: un análisis feminista de la gran recesión y el austericidio. In CARRASCO, Cristina. *Con voz propia. La economía feminista como apuesta teórica y política*. Madrid: Viento Sur, pp. 193 – 218, 2014.
- GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. *As origens e a comemoração do Dia Internacional da Mulher*. São Paulo: SOF, Expressão Popular, 2010.
- HILL COLLINS, Patricia. "Towards a new vision: Race, class and gender as categories of analysis and connections". In: *Race, gender and class*. New Orleans: Jean Ait Belkhir, Race, Gender & Class Journal, 1993.

- HILLENKAMP, Isabelle; GUÉRIN, Isabelle; VERSCHUUR, Christine. *A economia solidária e as teorias feministas: possíveis caminhos para uma convergência necessária*. São Paulo: SOF, 2015.
- HIRATA, Helena e ZARIFIAN, Philippe. Trabalho (conceito de). In HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÈ, Hélène ; SENOTIER, Danièle (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo : UNESP, pp. 251-255, 2009.
- JÁCOME, Márcia. Em busca de um teto todo seu. Enfrentando desigualdades de gênero no ciclo orçamentário. In Fórum Brasil do Orçamento. *Orçamento Público e desigualdades. Debatendo experiências e metodologias de monitoramento*. Brasília: Fórum Brasil do Orçamento, 2011.
- KERGOAT, Danièle. "Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo". In HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÈ, Hélène ; SENOTIER, Danièle (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo : UNESP, pp. 67-75, 2009.
- LAVINAS, Lena. Gasto social no Brasil: programas de transferência de renda versus investimento social. In *Revista Ciência e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Saúde Coletiva, vol. 12 nº 6, pp. 1463 – 1476, Nov./dez. 2007.
- MORENO, Renata e VIÚDES, Taís. "A Centralidade da Autonomia Econômica para as Mulheres". In: SOF. *Perspectivas feministas para a igualdade e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF, 2012, pp 21-28.
- MÜLLER, Luis Herberto; CARDOSO, Margarida Munguba; SOUSA Marcelo Álvares de; LIMA, Luciano Maduro Alves de; UEMA, Liza; REI, Leonardo Meira. Inclusão Produtiva Urbana no Programa Brasil Sem Miséria: a experiência do Pronatec. In MONTAGNER, Paula e MÜLLER, Luis Herberto (org.): *Inclusão Produtiva Urbana: o que fez o Pronatec/Bolsa formação entre 2011 e 2014*. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate nº 24. Brasília: MDS, MEC, pp. 46 a 72, 2015.
- NOBRE, Miriam. Censo Agropecuário 2006 – Brasil: uma análise de gênero. In BUTTO, Andrea, DANTAS, Isolda e HORA, Karla. *As mulheres nas estatísticas agropecuárias. Experiências em países do sul*. Brasília: MDA, 2012.
- OROZCO, Amaia Pérez. Crisis multidimensional y ajuste feminizado: retos y oportunidades. In CARRASCO, Cristina. *Con voz propia. La economía feminista como apuesta teórica y política*. Madrid: Viento Sur, pp. 171 – 192, 2014.
- OROZCO, Amaia Pérez. "Ameaça Tormenta: a crise dos cuidados e a reorganização do sistema econômico". In FARIA, Nalu; MORENO, Renata (Orgs.). *Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia*. São Paulo: SOF, 2012, pp. 51-93.
- PICCHIO, Antonella. Condições de vida: perspectivas, análise econômica e políticas públicas. JáCOME, Márcia Laranjeira e VILLELA, Shirley (org.). *Orçamentos sensíveis a gênero: Conceitos*. Brasília: ONU Mulheres, pp. 159 -198, 2012.
- PRAXEDES, Sandra Faé. Políticas públicas de economia solidária: novas práticas, novas metodologias. In *Mercado de Trabalho*. Brasília: IPEA, nº 39, pp. 57-62, maio 2009.
- SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES SPM. *Trabalho, autonomia e igualdade. Autonomia Econômica transformando a vida das mulheres*. Brasília: SPM, abril 2015.
- SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES SPM. *RASEAM – Relatório Anual Sócio Econômico da Mulher 2014*. Brasília: SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, março 2015.
- SOF SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. *Para entender a economia feminista e colocar a lógica da vida em primeiro lugar*. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2014.



Secretaria de  
Políticas para as Mulheres

Ministério das  
Mulheres, da Igualdade Racial,  
da Juventude e dos Direitos Humanos

